



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



JOZIAS BENFICA DA SILVA

A DINÂMICA FIGURACIONAL DOS PIABEIROS DO RIO NEGRO

MANAUS - AM

2019

JOZIAS BENFICA DA SILVA

A DINÂMICA FIGURACIONAL DOS PIABEIROS DO RIO NEGRO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Área de Concentração Processos Socioculturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586d Silva, Jozias Benfica da
A dinâmica figuracional dos piabeiros do Rio Negro : figuracional dos piabeiros do Rio Negro / Jozias Benfica da Silva . 2019
106 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Gláucio Campos Gomes de Matos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Piabeiros. 2. Peixe ornamental. 3. Figurações. 4. Redes de interdependência. I. Matos, Gláucio Campos Gomes de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

A DINÂMICA FIGURACIONAL DOS PIABEIROS DO RIO NEGRO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Área de Concentração Processos Socioculturais na Amazônia.

Aprovado em 18 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos – Presidente da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Odeni de Souza Ribeiro – Membro da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Nilton Paulo Ponciano – Membro da Banca
Instituto Federal do Amazonas

Prof. Dr. Antônio José Inhamuns – Suplente da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra Elenise Farias Scherer – Suplente da Banca
Universidade Federal do Amazonas

MANAUS- AM

2019

Primeiramente a Deus, a meus pais Francisco e Nazaré (*in memoriam*), a Jamily e Esther razões da minha vida, ao meu orientador, aos meus familiares, aos meus amigos, aos meus professores que contribuíram direta ou indiretamente na construção desta pesquisa com apoio e incentivo ao meu desenvolvimento como pesquisador.

A todos dedico e sou grato!

AGRADECIMENTOS

Com o coração satisfeito pelo estudo realizado agradeço a Deus pela vida, saúde e pelo amparo nos momentos mais difíceis na realização desse mestrado. Ele que me concedeu inteligência, discernimento e sabedoria para mergulhar nessa pesquisa o que trouxe crescimento pessoal e intelectual a minha vida. A Ele toda honra e toda glória!

Sou grato aos meus pais Francisco Ferreira e Nazaré Benfica (*in memoriam*) que sempre me mostraram a educação como algo libertador e salvador, principalmente minha mãe que investiu muitas lágrimas em suas preces para que tudo corresse bem.

É com satisfação que também agradeço a meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, especialmente os meus irmãos Conceição, Neide, Fabiano, Auxiliadora e Neyla que me apoiaram a voltar aos estudos e me deram suporte em todos os momentos.

A minha esposa Jamily que me compreendeu nas dezenas de noites que passei estudando.

Agradeço especialmente ao meu orientador Doutor Gláucio Campos Gomes de Matos por sua paciência, companheirismo e dedicação. Ele que com sua humildade e disposição sempre apontou o melhor caminho na construção da pesquisa. Meu parceiro em composições musicais e meu professor orientador, muito obrigado!

A todos os professores deste programa e de outros programas que contribuíram decisivamente no meu desenvolvimento intelectual. Aos meus professores, muito obrigado!

A todos os caboclos piabeiros da região do Médio e Alto Negro, membros da ORNAPESCA, aos guias de turismo, ao engenheiro de pesca Radson Alves, ao vereador Allen Gadelha, aos amigos Frank Colares e Jair Brito, aos membros das Associações Culturais do Cardinal e do Acará Disco, a todos os comunitários que participaram dessa pesquisa. A todos vocês, muito obrigado!

É com o coração alegre que agradeço a todos que ajudaram a realizar mais um sonho em minha vida. A todos, minha gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa trata-se de uma investigação sobre a dinâmica figuracional dos piabeiros do rio Negro. Analisaremos a constituição histórica do piabeiro como resultante da formação sociocultural amazônica destacando sua estrutura de classes e a representação dos grupos que a compuseram nesse percurso, desde a colonização até a contemporaneidade, passando pelas suas práticas socioculturais mostrando que o seu ethos - modo de vida está intimamente relacionado às figurações às quais se inserem ações do processo civilizador. Tem como objetivo geral: Analisar as figurações dos piabeiros do rio Negro nas redes de interdependência criadas pelas interações humanas entre os grupos sociais envolvidos no processo de captura, negociação e exportação de peixes ornamentais. Como objetivos específicos: a) apresentar a constituição histórica desse homem designado piabeiro; b) caracterizar as redes de interdependência mostrando as relações de poder nesse processo de captura, negociação e exportação de peixes ornamentais; c) destacar as relações de poder – aviamento – e também o potencial econômico e suas consequências, visto que, toda figuração, relação de interdependência entre seres humanos, há poder, conhecimento e emoções. A metodologia foi o emprego de procedimentos etnográficos para registrar as figurações dos piabeiros por meio dos instrumentos estudo de campo, entrevista semi-estruturada e observação participante. Quanto ao método, optamos pelo indutivo onde a pesquisa será descritiva e explicativa, com uma abordagem processual, figuracional proposta por Norbert Elias e seu intérprete no Amazonas Gláucio Matos.

Palavras-chave: Piabeiros. Peixe ornamental. Figurações. Redes de interdependência.

ABSTRACT

This research is an investigation on the figurational dynamics of the piabeiros of the Negro River. We will analyze the historical constitution of the piabeiro as a result of the Amazonian sociocultural formation highlighting its class structure and the representation of the groups that composed it along this path, from colonization to contemporaneity, through their sociocultural practices showing that their ethos - way of life is closely related to the figurations to which actions of the civilizing process are inserted. Its general objective is: To analyze the figurations of the piabeiros of the Negro River in the networks of interdependence created by human interactions between the social groups involved in the process of catching, negotiating and exporting ornamental fish. As specific objectives: a) to present the historical constitution of this man designated piabeiro; b) to characterize the networks of interdependence showing the power relations in this process of capture, negotiation and export of ornamental fish; c) show the figurational ethos of piabeiro and their socio-cultural practices; d) analyze the economic importance of small-scale fishing on the rio Negro ornamental with its statistical data, challenges and possibilities; The research will make use of Ethnography to register the figurative through the instruments of the life story, field study, structured interviews and participant observation. As for the method, we try for inductive where research is descriptive and explanatory, making use of a procedural approach, figurational proposed by Norbert Elias and your interpreter in the Amazon Gláucio Matos.

Keywords: Piabeiros. Ornamental fish. Figurations. Networks of interdependence.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do rio Negro	15
Figura 2: Vista do porto de Barcelos.	17
Figura 3: Viveiro natural	18
Figura 4: Barco de piabeiros (Daracuí).....	18
Figura 5: Pesca esportiva.....	29
Figura 6: Pesca do tucunaré.....	34
Figura 7: Fortificação da Aldeia de Mariuá (atual Barcelos)	47
Figura 8: Musica ‘em busca da árvore da fortuna’.....	53
Figura 9: Panfleto do 1º Fespob	60
Figura 10: Cardinal e Acará Disco	61
Figura 11: Viagem rumo à comunidade do Daracuí.....	62
Figura 12: Vista aérea da comunidade do Daracuí	62
Figura 13: Piabeiras em ação no Daracuí	63
Figura 14: Montarias de piabeiros.	63
Figura 15: Reservatório temporário de Cardinais no Daracuí.	64
Figura 16: Armazenamento.	64
Figura 17: Transporte.	65
Figura 18: Recepção em flutuante.	65
Figura 19: Transporte feito em barco recreio.	66
Figura 20: Ornamentais nas embalagens prontos para exportação.....	67
Figura 21: Comunitários do Daracuí.....	68
Figura 22: Cacuri - armadilha.....	70
Figura 23: Pescadores/atravesadores e seus apetrechos de pesca (puçá, rapixé e cacuri).	70
Figura 24: Registro de Indicação Geográfica.	79
Figura 25: Selo Verde.....	79
Figura 26: Indicação de Procedência/Indicação Geográfica – IG.	80
Figura 27: Reunião de membros da Ornapesca com entes federados	81
Figura 28: Audiência Pública - Câmara Municipal de Barcelos.	82
Figura 29: Piabeiros e piabeiras na Audiência Pública em Barcelos.	84
Figura 30: Pescadores esportivos em reunião com os guias de pesca – Daracuí.....	86
Figura 31: Quelônios irapuca (<i>Podocnemis Erythrocephala</i>).	90
Figura 32: Moradores de Barcelos chegando ao Daracuí à soltura de quelônios.	90
Figura 33: Presidente da comunidade coordenando a soltura dos quelônios.	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Elementos sobre o pescador e a pesca ornamental.....	69
Tabela 02: Nomes das principais espécies de peixes ornamentais.....	75
Tabela 03: Porcentagem de queda ou crescimento da pesca ornamental entre 2008 a 2017...	81
Tabela 04: Quantidade de pescadores da Comunidade Daracuá e modalidades de pesca	86
Tabela 05: Conflitos e Territorialidade no rio Negro.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Exportação anual de peixes ornamentais 2008-2018.....	82
--------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo A. Roteiro de Entrevista.....	102
Anexo B. Lei N.557 de 11 de setembro de 2017.....	103
Anexo C. Decreto N. 086/2018 de 11 de maio de 2018.....	107
Anexo D. Decreto N. 31.151 de 06 de abril de 2011.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA MARIUÁ	Área De Proteção Ambiental Mariuá.
ASIBA	Associação Indígena de Barcelos.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil.
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.
COLPESCA Z 33	Colônia de Pescadores de Barcelos (AM).
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONEB	Conferência Nacional da Educação Básica.
FAMETRO	Faculdade Metropolitana de Manaus.
FEFF	Faculdade de Educação Física e Fisioterapia.
FESPOB	Festival do Peixe Ornamental de Barcelos.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IDAM -	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.
IG	Indicação Geográfica
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
ORNAPESCA	Cooperativa de Pescadoras e Pescadores Artesanais de Peixes Ornamentais do Médio e Alto rio Negro.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público..
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola..
PMB	Prefeitura Municipal de Barcelos.
PQA	Projeto de Quilômetros da Amazônia.
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação.
SEMA/AM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas.
SEMED	Secretaria Municipal de Educação.
SEMMA/BCL	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barcelos.
SEMPA/BCLS	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração de Barcelos.
SEPLANCTI	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
PRIMEIRA SEÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	22
1.1 FIGURAÇÕES, PROCESSOS SOCIAIS E ETHOS	27
1.1.1 A Teoria Processual de Norbert Elias à luz da Psicanálise de Freud	27
1.1.2 A Psicanálise freudiana para entendimento do comportamento humano	33
1.1.3 Elias e o Processo Civilizador	36
1.1.4 O conceito de Figuração.....	37
1.1.5 A abordagem teórica sobre Processos Sociais	39
1.1.6 O conceito de Ethos.....	40
SEGUNDA SEÇÃO: HISTORIOGRAFIA DO CABOCLO	42
2.1 O CABOCLO PIABEIRO: HISTÓRIA E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL	42
2.1.1 Formação Social do Caboclo	43
2.1.2 O Diretório dos Índios.....	44
2.1.3 A chegada dos Africanos, Judeus, Árabes e Japoneses.....	48
2.1.4 Os Nordestinos	51
2.2 O Caboclo em seu Ethos e Figurações	53
TERCEIRA SEÇÃO: FIGURAÇÕES NA PESCA NO MÉDIO RIO NEGRO	57
3.1 A PESCA ARTESANAL ORNAMENTAL.....	57
3.1.1 As relações de poder na pesca artesanal ornamental	67
3.1.2 O piabeiro: etnoconhecimento e instrumentos de pesca	69
3.1.3 O patrão ou atravessador	72
3.1.4 Os exportadores.....	74
3.1.5 Situação da pesca artesanal ornamental: desafios e possibilidades.....	75
3.1.6 Rio Negro a nova fronteira da pesca esportiva e as novas figurações	85
3.1.7 A consciência ambiental dos pescadores	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

As relações sociais na Amazônia são fontes inesgotáveis de pesquisas, as quais retratam os conflitos que movimentam os grupos sociais desses beiradões. Para Norbert Elias, as relações sociais são explicadas como uma teia de complexas interdependências criada pelas interações humanas entre “eu” e o “tu”, entre o “nós” e o “eles” (Elias, 2006), entre indivíduos diferentes e/ou iguais, em constante dinâmica geradora de fenômenos reticulares.

Esta perspectiva apresenta as redes organizacionais, ou estruturas policêntricas, como constituintes da morfologia social das sociedades contemporâneas. Nessa ótica, temos como objeto deste estudo as figurações que envolvem os Piabeiros do rio Negro no processo de captura, negociação e exportação dos peixes ornamentais. Dentre os grupos sociais constituintes dessas figurações estão os consumidores/aquaristas, os exportadores, os atravessadores-patrões e os piabeiros.

O pescador de piabas chamado de piabeiro é uma das figuras mais presentes no rio Negro e seus afluentes. Ele que é resultado da miscigenação dentro do processo histórico da ocupação humana na região amazônica possui uma posição especial dentro dessas redes invisíveis que serão aqui estudadas. Apesar de ser homem tranquilo, o piabeiro nasce e vive em uma natureza farta de movimentação. Ele traz em seu rosto os sinais das fornalhas tropicais amazônicas e, provido de vários elementos étnicos além do índio, se adaptou perfeitamente a esse ambiente natural. Todo o processo de construção do comportamento desse caboclo dos beiradões tem uma estreita relação com a natureza regional.

Segundo Leandro Tocantins o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. “O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional” (TOCANTINS, 2000).

A região do Alto rio Negro é o local de atuação desse piabeiro - pescador de piabas ou peixes ornamentais. Sua estrada é o rio, e é em sua canoa, quase sempre só, que tudo acontece. Na busca dos peixes ornamentais ele desbrava os rios, os lagos, os igarapés, a mata e a imensidão do maior arquipélago (Figura 1) fluvial do mundo - Mariuá; ele é parte do meio, por isso nunca se apressa e assim como outros trabalhadores braçais extrativistas sofre as incertezas de sua lida. Exímio pescador, esse piabeiro leva consigo o remo, o rapixé ou o puçá.

No exercício de seu ofício enfrenta adversidades da natureza como o sol, chuva, os ataques de animais peçonhentos, e as agruras da noite quando se trata da captura do Acará Disco que só é capturado no período noturno.



Figura 1: Mapa do rio Negro

Fonte: Júnior Pesca

Porém, o enfrentamento diário desse homem não se restringe às dificuldades do rio e da floresta, mas principalmente nas suas relações trabalhistas. Ouve-se muito que os mesmos ainda são explorados pelos “patrões” que operam o aviamento nessa região, numa cadeia econômico-trabalhista de total desvalorização desse trabalhador, um dos motivos que nos levou ao estudo dessas figurações, visando não só entender essas relações sociais, como também entender o caminho que leve a valorização da pesca artesanal e conseqüentemente desse pescador.

No tocante à importância dessa atividade econômica praticada pelos piabeiros nos beiradões do rio Negro e seus afluentes foi que a prefeitura do município de Barcelos idealizou no ano de 1994 o Festival do Peixe Ornamental de Barcelos (FESPOB). Nele, a pesca ganhou visibilidade econômica e turística. As práticas socioculturais desse pescador ganharam destaque em meio ao duelo das agremiações de Cardinal e Acará-Disco com apresentações culturais envolvendo ritmo musical criado especificamente para o FESPOB, coreografias, lendas, rituais, tradições, um gigantesco trabalho plástico e uma rica produção litero-musical.

Contudo, mesmo em meio a essa eferescência cultural e a esse “destaque”, o piabeiro vive em constantes tensões, seja lutando por um preço justo, seja por adequações trabalhistas,

pois o mesmo é utilizado como mão-de-obra barata dos atravessadores, ou ainda, vive mergulhado na incerteza de como será o futuro econômico na região do rio Negro, visto que, a sustentabilidade da pesca dos ornamentais na maioria das vezes, não tem sido tratada com a devida atenção pelos órgãos norteadores da pesca, das políticas sustentáveis, assim como, pelo poder público local.

Desse modo, essa atividade econômica na região do rio Negro nos despertou um olhar atento e por meio desse trabalho buscaremos entender como funcionam as redes de interdependência que levam a determinadas figurações envolvendo os piabeiros de Barcelos, assim como, seus desafios e avanço no campo da pesca artesanal ornamental.

A exploração dos ambientes aquáticos é uma atividade bastante expressiva na região amazônica, mas as no campo da pesca artesanal ornamental são raríssimos os estudos e para se entender essas teias que se manifestam no processo da captura, negociação e exportação dos peixes ornamentais é necessária uma profunda investigação sobre a prática da pesca artesanal e sobre esse indivíduo pescador de piabas, pois o mesmo é o mais explorado nessa cadeia econômico-trabalhista.

Segundo Gonçalves, a atividade ornamental no Brasil remonta à chegada de Shigueiti Takase ao Brasil em 1926, trazendo alguns exemplares de peixes da região asiática. Na Amazônia, há indícios de que esta atividade tenha iniciado na década de 1950 com a descoberta do *Paracheirodon Axelrodi* (GONÇALVES, 2009).

Coincidentemente a descoberta foi na mesma época em que se ampliaram os voos comerciais dos estados Unidos para a América do Sul e isso facilitou muito a questão das exportações. Inicialmente a espécie em foco era o ACARA DISCUS (*Symphysodon Aequifasciatus*). Diante da grande variedade de peixes ornamentais no rio Negro despertou-se o interesse por outras espécies como o CARDINAL TETRA (*Paracheirodon Axelrodi*), ROSACÉO (*Hyphessobrycon Erythrostigma*), BORBOLETA (*Carnegiella Strigata*), LÁPIS-DE-UMA-FAIXA (*Anostomus Taeniatus*), ACARÁ-BANDEIRA (*Pterophyllum Scalare*), BODÓS (*Hypostomus plecostomus* Gênero *Ancistrus*), ARRAIA-PINTADA (*Potamotrygon Mоторo*).

O potencial é enorme: só nas águas do Rio Negro são 1.800 espécies de peixes ornamentais catalogadas e hoje apenas 214 dessas podem ser exportadas legalmente. A espécie mais explorada é o cardinal-tetra (*Paracheiroden Axelrodi*), que representa 80% da exportação nacional, tendo Barcelos como principal município exportador.

No município de Barcelos (Figura 2) a 401 quilômetros da capital Manaus encontram-se quatro tipos de pescadores que se relacionam diretamente a cada modalidade de pesca: o pescador artesanal na pesca comercial; o pescador artesanal na pesca ornamental; o pescador turista, ou pescador na pesca esportiva; além, é claro, do pescador de subsistência (OLIVEIRA, 2013).



Figura 2: Vista do porto de Barcelos.
Fonte: SILVA, J. (2018).

A prática da pesca artesanal dos peixes ornamentais é algo que preocupa por não possuímos ainda um estudo avançado sobre essa atividade de forma sustentável. E isso ameaça a existência social e econômica do próprio piabeiro. “Por isso, atenção especial deverá ser dada para combinar a utilização dos recursos com a conservação ambiental” (BENCHIMOL, 1999).

Na rede de interdependência entre a captura do peixe até sua chegada ao destino final há uma teia em que as relações de poder são desequilibradas onde se observa certos grupos sociais se sobrepondo a outros. Assim, como o seringueiro que na história da Amazônia foi explorado na corrida pela borracha, o piabeiro é a mão de obra ideal para os atravessadores que operam na região, por ser ele, o conhecedor dos rios e lagos onde concentram as espécies.

Já na saída do município, muitos piabeiros encontram-se endividados com seus patrões, pois necessitam de uma quantidade de rancho para viagem e outra quantidade para parte da família que fica. Também precisam de redes/telas, caçapas, gasolina, diesel, lanterna, bateria ou pilha, etc. Quando não compram dos próprios atravessadores acabam se endividando nas tabernas e mercadinhos do município e no retorno tentam vender os peixes ao atravessador que pague um melhor preço. Para entregar o peixe em Manaus, o piabeiro

depende de várias fases de intermediação. Após a captura o peixe é armazenado em tanques naturais (Figura 3) cercados com telas, depois é levado ao município e entregue ao ‘patrão’, como os piabeiros chamam o intermediário – na maioria das vezes dono de barco (Figura 4), que compra o peixe em Barcelos para vender em Manaus, aos exportadores.

Até aí a negociação é feita em moeda nacional, mas a exportação já é realizada em dólar (SEPROR, 2015). Por isso, apesar da queda na produção de peixes a exportação bateu recorde nos últimos anos, como veremos na seção 3.



Figura 3: Viveiro natural
Fonte: SILVA, J. B. (2018).



Figura 4: Barco de piabeiros (Daracuá)
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Nos últimos 25 anos a pesca de peixes ornamentais na região do Médio e Alto rio Negro fortaleceu a economia da região que há décadas jazia em estado letárgico e os trabalhadores ansiavam por um novo ciclo econômico após a decadência da economia gomífera e das dificuldades de se retirar outros produtos extrativistas como é o caso da piaçava, cujos trabalhadores também sempre foram alvo de padrões exploradores, inclusive com casos comprovados de trabalho escravo.

A atividade pesqueira cresceu atraindo a atenção de vários grupos de atravessadores, exportadores, aquaristas, colecionadores de espécies e proporcionou de certa forma, o aparecimento dessa figura humana que se tornou perito na captura dos peixes ornamentais: o piabeiro. Ele é resultado de um longo processo histórico de ocupação da Amazônia. Inicialmente com a predominância indígena e, em seguida, dando lugar ao caboclo: resultado interétnico entre o índio, branco e negro. Como nos mostra Benchimol (1999). “Os ameríndios que iniciaram e seus descendentes caboclos desenvolveram as suas matrizes e seus valores a partir do íntimo contato com o ambiente físico” (BENCHIMOL, 1999).

Segundo Matos (2015), “os conceitos de adaptação contribuem para entender o ethos amazônico” – as práticas socioculturais. Nesse caso, o caboclo torna-se interdependente da natureza e dos processos sociais se adaptando a eles conforme a necessidade.

No período do defeso, que é um mecanismo de controle do estado, por exemplo, o piabeiro torna-se vendedor de açaí. Adentra os açaizais, sobe de peconha na palmeira e tira o cacho de açaí, depois faz o vinho e logo em seguida pratica a venda. Esta pode ser por encomenda ou mesmo feita pelas ruas do município em panelões ou já medido em garrafas pet. Alguns já avançaram na tecnologia e fazem a venda pelas redes sociais.

Em outro momento ele é pescador de peixes comestíveis, seja para subsistência ou para contribuir com as festas religiosas que podem ser de santos católicos ou comemorações de igrejas evangélicas espalhadas nas dezenas de comunidades rurais. É só ir numa comemoração dessas que encontraremos o moquental (local onde se assa) repleto de peixes de diversas variedades, carne de anta, carne de paca, mutum, jacamin, cabeçudo, tracajá, irapuca, pirarucu e nos panelões a famosa quimhampira (caldeirada de peixe com pimenta), bastante apreciada na região, como relatam os moradores da Comunidade do Daracuí.

No primeiro mês do ano alguns se tornam artesãos e serão comerciantes nas barracas espalhadas na praia grande ou na sede do município onde vendem artigos relacionados aos peixes da disputa Cardinal e Acará-Disco durante o FESPOB - Festival do Peixe Ornamental de Barcelos.

No Fespob os piabeiros que são os principais homenageados atuam como atores nas encenações, figurantes nos carros alegóricos, como empurradores de carros alegóricos ou meros espectadores. Algumas piabeiras nessa época se tornam costureiras fazendo as roupas dos brincantes e recebendo o pagamento em dinheiro que vem das agremiações.

Como podemos ver as teias invisíveis estão presentes no sistema de produção da pesca artesanal ornamental apontando para outras figurações desse indivíduo. E, realmente as figurações sociais estão em todo lugar. As relações sociais que norteiam a vida do piabeiro vão muito além da pesca artesanal, e perpassam por interesses de grupos empresariais, políticas públicas, movimentos culturais que dão o marketing a pesca, entre outros. Em meio tudo isso a economia solidária vem se apresentando como uma ótima alternativa no modo de produção dos peixes ornamentais, pois, vai muito além da geração de renda e traz propostas de mudanças nas relações interpessoais e na relação do pescador com o meio ambiente.

Cooperação, não competição, preservação dos recursos naturais, não exploração dos trabalhadores, igualdade de poder na tomada de decisões na empresa e responsabilidade com a comunidade local onde o empreendimento está inserido são princípios que norteiam esse modo de organização social.

É nessa linha que agora trabalham os membros da Cooperativa dos Pescadores e Pescadoras Ornamentais do Médio e Alto rio Negro - ORNAPESCA e da Colônia de Pescadores Z-33 - COLPESCA Z-33 com a finalidade de aquecer a economia do município de Barcelos por meio da reestruturação da pesca artesanal ornamental.

O desafio é grande: mobilizar e articular os atores locais (incluindo o poder público), com seus interesses divergentes, para construir o ordenamento pesqueiro dessa região, ainda farta e com potencial para a convivência das diferentes modalidades de pesca, sem imobilização econômica e garantindo os direitos territoriais coletivos das populações tradicionais. E tirar o monopólio desses patrões o que Elias chama de “posse privada” quando se refere à distribuição das taxas de poder na França do século XVIII.

Nisso podemos ver como as redes de interdependência se apresentam levando-nos a concordar com Matos que constatou no universo empírico mudanças na estrutura física e social das comunidades estudadas em sua obra. E assim será com os pescadores ornamentais de Barcelos. As mudanças vão acontecendo e “o processo civilizador segue seu caminho sem pedir passagem” (MATOS, 2015).

O presente estudo, portanto, justifica-se pela importância social e econômica do piabeiro nas redes de interdependência que entrelaçam a pesca artesanal ornamental na região

do rio Negro, considerando principalmente a dinâmica figuracional que permeia a vida desse amazônida. Esse estudo nos trará contribuições etnográficas sobre as relações sociais entre os envolvidos desde a pesca até a exportação o que revelará um novo olhar sobre esse caboclo que, envolvido nesses fenômenos reticulares, luta bravamente por dias melhores.

Dessa forma, temos como objetivo geral: analisar a dinâmica figuracional dos piabeiros do rio Negro nas redes de interdependência criadas pelas interações humanas entre os grupos sociais envolvidos na captura, negociação e exportação de peixes ornamentais. Quanto aos objetivos específicos:

- a) apresentar a constituição histórica desse homem designado piabeiro;
- b) mostrar o ethos do piabeiro e as suas práticas socioculturais;
- c) destacar as relações de poder – aviamento – e também o potencial econômico e suas consequências, visto que, toda figuração, relação de interdependência entre seres humanos, há poder, conhecimento e emoções.

A abordagem e a análise dos dados tiveram como base o Método Etnográfico, considerando as possibilidades da etnografia em captar as interações socioculturais, redes de trocas e os conflitos numa intensa implicação do investigador no contexto social que estuda como observador e participante. Ele começa com a análise e compreensão de detalhes (menores) e interrelacionados que se examinam em padrões e processos cada vez mais amplos (LÓPEZ, 1999).

Por meio da pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material publicado em livros, artigos, periódicos, internet e outros que tratam da teoria figuracional ou processual e utilizamos a técnica da observação participante que é desenvolvida pela interação entre pesquisador e sujeitos investigados. Acompanhando o trabalho de pessoas filiadas à Cooperativa de Pescadores Artesanais do rio Negro – ORNAPESCA, mais especificamente na comunidade do Daracué no rio Itu que fica na margem esquerda do rio Negro, aproximadamente, duas horas de viagem de voadeira com motor de 40 HP, da sede do Município de Barcelos. Investigamos as figurações na comunidade do Daracué onde os piabeiros trabalham na pesca do Cardinal (*Paracheirodon axelrodi*), que foi por muitos anos o líder das espécies exportadas.

PRIMEIRA SEÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

O embasamento teórico nos permite entender o processo civilizador ocidental do qual o caboclo piabeiro não escapou e as figurações que está inserido, onde as relações de poder, o tem mantido no lado baixo da balança. Diante a essa interdependência funcional, faz-se necessário entender alguns conceitos fundamentais como: **figuração, processos sociais e ethos.**

Ao analisar a relação indivíduo/sociedade Elias entende o social, o todo, enquanto um conjunto de relações. Dessa forma, a sociedade pode ser percebida como uma rede de indivíduos em constante relação, sugerindo a ideia da interdependência (ELIAS, 1994).

Partindo dessa visão, a sociedade se constituiria a partir dessa rede de funções/relações desempenhadas pelas pessoas, ou seja, essas figurações. Percebemos a metáfora da rede para explicitar a concepção relacional de sociedade, ou seja, através da rede humana móvel de relações ocorrem diferentes formas de autorregulação da sociedade que modelam indivíduo e sociedade, no tempo e no espaço.

Colocando os piabeiros do rio Negro à luz da teoria figuracional ou processual veremos homens e mulheres que se reinventam a cada ciclo natural da região, de acordo com a dinâmica dos rios ou da necessidade socioeconômica. Seu modo de vida indica os sentidos da ação humana e o processo civilizador que aqui se realiza. Suas figurações ganham força devido ao dinamismo do processo civilizador.

Vejamos então o conceito de figuração.¹ Para Elias, esse conceito distingue-se de muitos outros teóricos da sociologia, pois demonstra os seres humanos em toda a sua formação, que envolve sua maturação biológica e apropriação/reelaboração de um patrimônio simbólico especificamente social. O conceito de figuração busca expressar a ideia de que os seres humanos são interdependentes, e apenas podem ser entendidos enquanto tais: suas vidas se desenrolam e se moldam por figurações sociais que formam uns com os outros. Elas estão continuamente em fluxo, passando por mudanças de ordens diversas – algumas rápidas e

¹ Há grande discussão nos grupos de sociólogos adeptos da sociologia de Norbert Elias a respeito do uso do termo configuração ou figuração. Essa questão não advém de problemas de tradução do alemão para o inglês; o próprio autor, cuja obra foi escrita em sua maior parte em inglês, utilizou ambos os termos. Em grande parte de sua obra, utiliza “configuração”, palavra escolhida com o principal objetivo de fazer face ao termo parsoniano “sistema”. Apenas mais tarde em sua carreira é que passou a questionar a palavra em si, não seu significado. O ponto que incomodava Elias é que, no latim, o prefixo con significa exatamente “con”, ou seja, se figuração (figuration) quer dizer padrão (em inglês, pattern), con-figuração (configuration) quereria dizer com padrão (with pattern). Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo com passou a ser visto como redundante e ele passou a preferir o uso de figuração (LANDINI e PASSIANI, 2001)

efêmeras e outras mais lentas e profundas, ou seja, os processos que ocorrem nessas figurações possuem dinâmicas próprias – dinâmicas nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem de forma alguma ser reduzidas a essas razões (GOUDSBLOM e MENNELL, 1998). Elias resume essa ideia dizendo:

Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos (Elias, 2006, p. 24)

O conceito de figuração pode aplicar-se onde quer que se formem conexões e teias de interdependência humana, já que expressa a ideia de um ser humano com abertura e algum grau de autonomia relativa (mas nunca absoluta) em relação aos outros homens e podemos dizer também em relação à natureza.

Para Elias, qualquer ser humano “está, de fato, durante toda a vida, fundamentalmente orientado para os outros homens e dependente deles. O tecido das interdependências entre homens é aquilo que os liga uns aos outros. São elas que constituem o núcleo daquilo que se designa aqui como figuração – uma figuração de homens orientados uns para os outros” (ELIAS, 2001).

Nesse aspecto, o piabeiro é também seringueiro, piaçaveiro, guia de pesca esportiva, pescador, extrator de castanha, vendedor de açaí, agricultor, caçador. De acordo com sua necessidade socioeconômica, em cada época do ano ele se reveste de uma nova sociabilidade e vai adquirindo uma nova figuração diante das dinâmicas sociais e, também, diante do chamado “primado social dos rios” (TOCANTINS, 2000).

Ao tratar do etnoconhecimento, das práticas da agricultura, da caça, da pesca e também de grupos sociais em algumas comunidades da Amazônia, Gláucio Campos Gomes de Matos em sua obra *Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica* (Matos, 2015) nos mostra que a Amazônia é uma invenção social e resultado do processo civilizador que é autônomo. O autor é um dos intérpretes da teoria social de Elias que dá toda a fundamentação teórica de seu trabalho. Este aponta que a sociedade, em certo espaço produz a partir do conhecimento acumulado, o que permite possibilidades de permanência ou de rupturas.. Assim, olhamos o amazônida como um homem que consegue reconstruir seu modo de vida a partir de novas dimensões e novas possibilidades, dado ao dinamismo do processo civilizador, desencadeando uma cultura híbrida.

Por meio de suas descrições Matos (2015) enfatiza que há um “processo em curso. Processos esses que permeiam e entrecruzam figurações”

E, nesse entrelace nos defrontamos com metas e objetivos de muita gente, isto é, interesses de indivíduos que extrapolam a área pesquisada, assim como do Estado e do país, o que se pode verificar, dependendo do tempo e do espaço são as mudanças no ethos. Isso é observado não só pelas redes invisíveis, mas também pelos mecanismos de controle que se apresentam em maior volume e muito mais rígidos. (SILVA, MATOS, 2016, p, 91).

As figurações orientam os homens para o capitalismo ou socialismo, para as ações ecológicas, comportamento religioso, subsistência, sustentabilidade ou predação a ponto de minar as espécies e dificultando a permanência do indivíduo no espaço de sua moradia (MATOS, 2015).

Notemos que na análise de Matos podemos aplicar o modelo dos pronomes pessoais usados por Elias o “eu”, o “tu”, o “ele”, o “nós”, enfim o papel de cada indivíduo nessas teias do processo. Essa figuração social age de forma a moldar os indivíduos e dessa relação se tem o *habitus*.

O *habitus* para Elias é a composição social dos indivíduos, é o saber social incorporado, constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é certamente um componente do *habitus* social (ELIAS, 1994).

O autor se utiliza de metáforas didáticas para explicar seu entendimento sobre o *habitus*, ele usa a ideia de dança de grupo para demonstrar como cada membro realiza os gestos e movimentos de forma combinada e sincronizada com os demais membros. Nenhum dos membros pode atrasar ou adiantar seus movimentos, dessa forma eles atuam de forma interdependente, pois dependem uns dos outros. Para haver compreensão dos movimentos os membros não devem ser vistos isoladamente, mas sim como partes de um mesmo conjunto. A forma com que um membro da dança se comporta é determinada pelos demais que estão em sua mesma figuração social, mesmo o membro do grupo de dança possuindo autonomia para mudar a coreografia ele não o faz. (ELIAS, 1994).

Na prática isso acontece com os indivíduos em seu contexto social e histórico, seja ele estando como amigos, inimigos, pais, filhos, marido, mulher, servo, rei, operário, empresário, etc. o seu comportamento se molda pelas suas relações sociais anteriores e atuais. Ainda que um indivíduo se isole, ele ainda terá em si um pouco dos demais, pois como um indivíduo ele

sempre tem seu *habitus* influenciado pelos demais. (Elias, 1994). Outro teórico, que percorre a seara da conceituação de *habitus* é Pierre Bourdieu. Para ele o *habitus* é um sistema de disposições duráveis e intransponíveis que, exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto. Na visão dele o *habitus* está ligado à classe ou posição social ocupada pelo indivíduo (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1976).

Esta classe social não seria resultante apenas do capital econômico, mas também do capital social e do capital cultural, sendo assim, o que determina uma classe ou o *habitus* de uma classe não seria apenas o seu poder econômico, mas sim o resultante entre o capital econômico, capital social e também o capital cultural.

Ao analisarmos o conceito de *habitus* é possível perceber semelhanças no pensamento sociológico de Elias e Bourdieu, por exemplo, os dois autores buscam de certa forma um rompimento epistemológico com a sociologia clássica de Marx, Weber e Durkheim. Bourdieu possui uma análise mais materialista, tendo as condições do indivíduo como um fator que possui muita importância na moldagem do seu *habitus*. Ele tem o campo como um espaço de relações sociais e simbólicas de poder, por exemplo, o campo religioso, científico, político, econômico, etc.

Elias por sua vez defende que as relações sociais são esse fator de maior importância por conta da relação de interdependência que pauta a vida humana no que ele define de figuração. Portanto, é com base na concepção de figuração que Bourdieu desenvolve sua teoria do campo.

Com o piabeiro as figurações estão presentes, pois há necessidade de se praticar a pesca sustentável diminuindo ações predatórias na região. A fé é partícipe na vida desse caboclo e sua consciência ecológica já está sendo moldada pelo processo. A própria organização social dos piabeiros na Cooperativa dos Pescadores e Pescadoras Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro ORNAPESCA ganha novos rumos, por exemplo, com a implantação do “selo verde onde os ornamentais ganharão mais qualidade e o pescador uma maior valorização trabalhista” (SEPROR, 2015).

Como nos afirma Matos: “no Amazonas tudo está em processo e arraigado a ele as figurações se mostram” e paralelo a isso “a natureza segue seu percurso sem pedir licença” (Matos, 2015, p. 69). Nisso vemos as teias de interdependência agindo continuamente na vida dos atores desses beiradões.

Uma nova figuração se desenha, pois o setor começou a se organizar em Cooperativas se adaptando ao modo de produção baseado na economia solidária. “É um jeito diferente de

produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente” (DOMINGUES, 2009).

As políticas assistencialistas tem sido uma grave ameaça ao modo de produção da economia solidária, pois algumas políticas acabam por produzir o chamado assistencialismo improdutivo que não propicia uma saída emancipatória à política econômica coletiva. Isso pode ser notado na COOPESCA Z33 e ou na ORNAPESCA onde ações para algumas situações urgentes foram operadas com ajuda inclusive do poder público municipal, visando angariar apoio político. Alguns pescadores reclamam de gestores e ex-gestores das Associações, os quais usam a mesma como trampolim político para serem eleitos à câmara ou à prefeitura do município, sustentando promessas fantasiosas aos pescadores que acabam não se concretizando após as eleições.

Ao tratar sobre a economia solidária Márcio Pochmam, mostra que essas ações mais imediatistas e pragmáticas tendem, muitas vezes, a simplesmente “reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista” (POCHMAN, 2004). Tendo em vista algumas brechas do mercado, são constituídos grupos de trabalho a serem utilizados pela terceirização e subcontratação, na maioria, contudo, distante da ética da economia solidária.

Como nessa região do rio Negro não existem muitas empresas do setor privado que opere a pesca artesanal ornamental é o poder público que muitas vezes assume o papel de explorador, aquele que cria subempregos em troca de votos, postos de trabalho temporário que revelam o modelo coronelista ainda em vigor na região amazônica. Ou, propriamente ações de compadrio que protegem os atravessadores da região. Alguns, até entendem que o entreposto de peixes ornamentais de Barcelos que é uma proposta da Secretaria da Produção Rural – SEPROR, ainda não foi concretizado porque viria a prejudicar o negócio dos patrões.

Por isso, os piabeiros aguardam ações em todos os domínios, no político, no econômico, no social, no ambiental e no territorial. É assim, com respostas locais e renovações estruturais econômicas que eles esperam a sustentabilidade ser encarada com seriedade. Com o modelo da economia solidária a base de desenvolvimento econômico transparente e promotora da criação de emprego, viabilizando uma ética na gestão e na comunicação, privilegiando o ganho sustentável em detrimento do individual.

Nesse contexto se manifesta a teoria de Elias e o que ele chama de “fenômeno de entrelaçamento”. Para ele, as sociedades caracterizam-se pela existência de “contradições, tensões e explosões” (Elias, 2004) (também Marx, 1977), sendo a sua constituição não

evidente, nem a sua estrutura tangível. As sociedades são abertas e, portanto, ilimitadas. A existência de uma “ordem oculta” de redes de relações de interdependências (afetivas, laborais, entre outras), embora sejam “elásticas, variáveis e transformáveis, não deixam de ser menos reais, nem menos fortes” (ELIAS, 2006).

Na sociedade humana, as trajetórias sociais são como planos emergindo em que há sentidos de propósito que se entrecruzam, mas sem finalidade. Portanto, os empreendimentos simples, volitivos e individuais não ocorrem num vazio de determinações sociais, nem são meras funções de alguma espécie de necessidade histórica coletiva e extrínseca.

Nesse sentido, ocorre que a sociedade produz o indivíduo e que o indivíduo molda-se em contínua ação com outros indivíduos, o que, assim sendo, influencia – em última instância – a própria forma dinâmica da sociedade. Enfim, a relação identidade-eu/identidade-nós não comporta uma oposição excludente, dá-se em termos de mudanças na balança nós-eu, estabelecendo um equilíbrio tenso, diferenciado conforme a disposição dos termos em cada sociedade.

1.1 FIGURAÇÕES, PROCESSOS SOCIAIS E ETHOS

1.1.1 A Teoria Processual de Norbert Elias à luz da Psicanálise de Freud

Nesta seção veremos a construção da Teoria Processual de Elias associada ao pensamento freudiano de que a cultura produz um mal-estar nos seres humanos, visto que existe um antagonismo intransponível entre as exigências da pulsão e as da civilização. Desse modo, o indivíduo é sacrificado e para que a civilização possa se desenvolver o homem tem que pagar o preço da renúncia da satisfação pulsional.

Nosso objetivo aqui é verificar como isso ocorre por meio da Teoria Processual de Norbert Elias, na qual a civilização trava uma luta constante contra o homem isolado e sua liberdade, substituindo o poder do indivíduo pelo poder da comunidade.

O resultado de tudo isso veremos nas seções posteriores, nas novas figurações que se encontram os piabeiros do rio Negro no se refere ao controle das emoções humanas frente às relações de poder, em relação às leis ambientais (os mecanismos de controle do estado) e na sua própria relação com as pessoas e com a natureza. Buscando a interdisciplinaridade, esse estudo faz um link entre a Sociologia de Norbert Elias e a Psicanálise de Freud, pois Elias na

construção de sua teoria nos mostra que o processo civilizatório além de tudo é também psíquico e depende da maturação biológica do indivíduo e de suas relações sociais.

Na obra *A Teoria Simbólica*, Elias trata, por exemplo, da linguagem onde a compreende – tal como o conhecimento – enquanto um processo contínuo, despojado de início e fim. Ter-se-ia um fluxo incessante de linguagem e conhecimento; nele transcorreriam os meios padronizados de comunicação e de orientação, os quais são mantidos igualmente por estandardizadas técnicas e estas podem ser ou não reconhecidas como padrões de regulação dos exercícios de expressão.

Com isto, o autor acentua o que lhe parece estar fundamentalmente em jogo: a capacidade de controlar padrões de conhecimento e de fala é, em grande medida, simultânea ao coeficiente das distribuições de poder em determinado arranjo social. Logo, isso fica registrado no desenvolvimento e nos acervos de saberes de cada sociedade, sejam os vetores integrativos, sejam aqueles de desintegração. Aqui nos deparamos com as marcas da geração de biólogos ingleses designada de “síntese moderna”.

Geração de autores evolucionários que, entre as décadas de 1940 e 1950, conhecera relativa notoriedade ao defenderem ser a “sociedade” um fenômeno não redutível a quaisquer componentes físico-químicos e biológicos que nela estão inscritos. Para eles, a sociedade humana corresponde a um “nível integrativo superior” de evolução, patamar no qual a transmissão do conhecimento e a aprendizagem desempenham papel fundamental nos encaminhamentos das destinações da espécie e, desde aí, dota a humanidade de posição específica na continuidade evolutiva, dirigindo esse mesmo processo.

Ao dialogar com essas contribuições, a Teoria Simbólica amplia a pretensão multidisciplinar de tomar o ângulo da evolução biológico-cósmica para o entendimento do desenvolvimento social, exatamente, aliando um modelo biossociológico e histórico de análise dos símbolos.

A maturação biológica do ser humano tem que ser completada por um processo de aprendizagem social. Se eles não tiverem qualquer oportunidade de aprender uma língua, a sua disponibilidade biológica para aprender permanece inutilizada. No caso humano, longe de serem opostos polarizados, os processos biológicos e sociais só podem ser efetivos se estiverem interligados. (ELIAS, 1994, pág. 07).

Desse modo, partindo da premissa de serem padrões sonoros tangíveis, Elias defende que os símbolos linguísticos equivalem à síntese de toda condição humana, enfocando-a como desenvolvimentos sociais que prosseguem no cego curso cósmico-evolutivo. A língua se descortina, para o autor, uma função dual significativa: une e desune; integra e desintegra.

Podemos ver essa função dual da língua citada por Elias nos estudos feitos por Matos na obra *Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica* (2015) envolvendo os processos sociais quando trata do lazer e trabalho no município de Barcelos.

A palavra pesca enquanto signo ganha nova significação com o advento do turismo ecológico e o crescimento da pesca esportiva nessa região do rio Negro. O significante é o mesmo, mas o significado mudou. Antes quando se falava pesca no rio Negro vinha à mente captura de peixes ornamentais para fins comerciais ou de peixes comestíveis para subsistência. Mas, hoje ao se falar pesca vem à mente a pesca esportiva (Figura 5), uma oportunidade para bons negócios sem depredar a natureza.

Matos colheu o depoimento de um pescador que se tornou guia de pesca trazendo o seguinte relato: “A gente notou que o tucunaré no rio era mais vantagem do que na rede.” “O tucunaré deixou de ser visto apenas como um alimento e passou a ser visto como um recurso vivo a ser explorado economicamente” (MATOS, 2015, p.110).



Figura 5: Pesca esportiva.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Quanto ao signo na sua acepção linguística ninguém melhor do que Ferdinand de Saussure em seu *Curso de Linguística Geral* para nos elucidar essa questão. Para ele, signo linguístico trata-se da relação que se estabelece entre o conceito e a sua imagem acústica (SAUSSURE, 1916: 122).

É necessário notar que ambos os termos desta relação são de natureza psíquica: não só o conceito, cuja natureza imaterial é fácil de compreender, mas também a imagem acústica, a qual não envolve os sons que são emitidos num ato de fala, sendo antes um fato *virtual* que lhes é anterior. Saussure nos revela a natureza psíquica da imagem acústica ao referir-se à possibilidade de falarmos conosco mesmo sem mexer os lábios ou emitir som (Saussure, 1916). Qual define o signo linguístico como a *operação simbólica* que liga a imagem acústica (o significante), ao conceito (o significado). A ligação que se estabelece entre ambos é arbitrária (e logo convencionalizada), isto é, não parte de qualquer laço natural preexistente entre as duas realidades (SAUSSURE, 1916).

Prossegue concretizando o modo como se definem os significantes e significados respectivos: de entre uma massa informe de pensamento e de fonemas, um significado e um significante definem-se em oposição a todos os outros, de uma forma diferencial e negativa, ou seja, é aquilo que todos os outros *não são*, afirmando-se, ao mesmo tempo de forma positiva, ao formarem um par coordenado, cujo valor se define em relação com os outros signos do sistema (SAUSSURE, 1916).

Segundo Elias, essa síntese se dá porque os seres humanos são membros de uma espécie, porém integram sociedades distintas. Logo, se é óbvio que o potencial de comunicação através de uma língua consiste em uma herança biológica inata, igualmente também o é que este potencial natural da comunicação linguística só é operativo caso ativado em um processo social de aprendizagem individual.

A força vinculativa da linguagem advém do fato de constituir-se em um conjunto unificado das expressões e, com isto, impõe-se aos círculos de pessoas que a utiliza com a finalidade de realizar sua função comunicativa. Assim, a existência de outros seres humanos no presente, como em outras gerações, define a língua por uma existência que antecede ao indivíduo, mas integra sua personalidade.

Sobre esse aspecto genético, Elias destaca que nos processos desenvolvimentais os símbolos são os insumos da comunicação, veiculando não apenas conhecimento, mas também os padrões de comportamento e de sentimentos.

Porém, se a língua é a mais característica das linguagens humanas, isto não permite confundir a constituição biológica da espécie, dotando-a da propensão à aquisição de uma língua, mediante o aprendizado individual em tenra infância, com a ideia de estarem os mesmos indivíduos dotados naturalmente de uma língua (o que ocorre com a maturação biológica).

Mergulhando no “enigma” da evolução biológica humana, já que lhe interessa descobrir os passos intermediários entre a pauta de sons inatos, fixados geneticamente, parte do equipamento de comunicação conhecido também por outros animais, e o equipamento biológico específico à espécie humana, tornando-a apta a adquirir o suporte representacional da linguagem com o auxílio de um processo de aprendizagem.

Sobre isso Elias reclama dos transtornos provocados pelas barreiras entre as disciplinas, no caso, àquelas separando biologia e sociologia. Fronteiras segundo ele mal definidas, pouco produtiva e, principalmente, restritiva, a distribuição de tarefas em que ao biólogo cabe estudar os traços genéticos e os sociólogos se ocupariam de tudo quanto é obtido por intermédio da aprendizagem. Em relação à comunicação linguística, à maneira como hoje a conhecemos, teria resultado de aspecto vinculado a um curso evolucionário cuja longa continuidade cessou ao atingir uma forma ótima.

Elias entende que não teria se encerrado o desenvolvimento das línguas e, neste aspecto, estaria o elo entre a maior proximidade e o distanciamento dos traços biológicos daqueles sociais na evolução do homem. A diferenciação entre ciências biológicas e sociais é bem mais tênue do que fazem crer as barreiras disciplinares erguidas, afinal se a natureza fornece a matriz, esta permite transformações sem limites precisos. Dessa forma, se a evolução é um processo irreversível, o desenvolvimento corresponde a movimento sujeito à reversibilidade.

No âmbito hominídeo do cosmo, as técnicas utilizadas pelos seres humanos são de propriedades simbólicas e isto significa a propensão à absorção, armazenamento e redefinição dos conhecimentos transmitidos. Porém, o conhecimento está restrito a qualquer tempo e espaço em particular, o que permite o aumento da gama de saberes.

Na prática, por exemplo, qual a imagem que uma pessoa da cidade grande tem ao ouvir a palavra **rapixé**. Ela terá uma profunda dificuldade de associar o signo à imagem acústica (significante) e conseqüente ao objeto (significado).

Da mesma forma que um pescador dos rincões do rio Negro terá enorme dificuldade de associação ao ouvir, por exemplo, a palavra cidadania. Em ambos os casos apesar da maturação biológica do indivíduo lhes faltou essa gama de saberes que só vem com o processo social de aprendizagem individual.

Tal exemplo nos permite entender o porquê e como o piabeiro se tornou um indivíduo, na figuração de pescador, de fácil exploração, diferentemente dos dias atuais. Algo assim se torna possível mediante o que denomina de “*continuum* biológico-social”, isto é, o processo

de standardização do aparelho orgânico da pessoa infantil pelos padrões de uma língua postos em elevada integração, a qual se dá no andamento do aprendizado de uma língua e na participação de uma pessoa no discurso público. Isso leva a crer que a lógica do argumento reside na ideia de que a constelação de línguas e suas diferentes versões assinalam as respectivas estruturas sociais e também a hierarquização relativa aos equilíbrios de poder e o estatuto no interior dos grupos e entre eles.

Essa correlação segundo Elias (2002) decide-se na longa duração do desenvolvimento de uma sociedade, a conexão som, símbolo e função ou o objeto simbolizado. Mas a linguagem supõe o nexos entre coesão e comunicação, fantasia e razão, mas as quatro se reverberam em representações e sínteses.

Afirma Elias (2002) que,

“as sínteses são imagens diretamente vinculadas à memória” (tal como descreve Saussure ao se referir ao signo linguístico), aos dispositivos relativos a específicos domínios de lembrança em que são mobilizados os fundos sociais de conhecimento. (ELIAS, 2002, p. 72)).

Ao tratar da Teoria Processual Elias mergulha nos estudos de Freud. Notamos que o pensamento freudiano não distingue civilização de cultura, define civilização como tudo aquilo que difere o homem da vida animal, que o afasta de sua natureza. Assim, a civilização englobaria tanto o controle do homem perante a Natureza como o conjunto de regulamentos que regem os relacionamentos humanos. Por isso Freud afirma:

Em relação a esse aspecto de civilização, dificilmente pode haver qualquer dúvida. Se remontarmos suficientemente às origens, descobriremos que os primeiros atos de civilização foram a utilização de instrumentos, a obtenção do controle sobre o fogo e a construção de habitações. Entre estes, o controle sobre o fogo sobressai como uma realização extraordinária e sem precedentes, ao passo que os outros desbravaram caminhos que o homem desde então passou a seguir, e cujo estímulo pode ser facilmente percebido. Assim, através de cada instrumento, o homem recria seus próprios órgãos, motores ou sensoriais, ou amplia os limites de seu funcionamento. (FREUD, 2011, pag 18).

Percebemos aqui a estreita relação entre Psicanálise e Sociologia. Na literatura freudiana, também encontramos uma série de textos ditos ‘sociais’ que nos trazem uma chave de leitura do pensamento freudiano, pois neles vemos Freud como pensador da sociedade e da cultura.

Logicamente que Freud não usa métodos sociológicos para discorrer sobre esses assuntos, porém, partindo da clínica, Freud encontrou, na sua vasta obra, espaço para discutir

sobre a sociedade e temas essenciais à Sociologia como: a civilização, o mal-estar resultante do processo civilizacional, a origem do laço social, a religião (o que ele chama de sentimento “oceânico” que constitui a fonte da energia religiosa da qual se apoderam as diversas igrejas, tanto as mais antigas quanto as atuais), e a formação dos grupos sociais.

É importante destacarmos que a construção da teoria eliasiana se dá por conta da percepção de Elias sobre os conceitos da base sociológica, ou seja, indivíduo e sociedade. Com o auxílio da História e da Psicanálise Elias modificou o pensamento nas Ciências Sociais.

Portanto, seguindo o pensamento de Elias veremos aqui neste estudo dissertativo um homem amazônico contemporâneo (no caso do piabeiro do rio Negro) cercado pelas redes invisíveis de interdependência sendo completamente moldado pelo processo civilizador ocidental em curso e nas mais das vezes, suplantando o cultural amazônico.

1.1.2 A Psicanálise freudiana para entendimento do comportamento humano

Observando os conceitos de Freud percebemos que o desenvolvimento histórico da civilização ocorre interligado ao desenvolvimento psíquico do indivíduo. Para Freud a civilização é uma conquista da humanidade, é o ponto máximo do desenvolvimento do indivíduo.

Freud destaca o “desenvolvimento cultural como um processo peculiar, comparável à maturação normal do indivíduo” e coloca uma questão que também é a base na construção de “O Processo Civilizador”, de Elias (1994): “(...) perguntando-nos acerca das influências a que esta evolução cultural deve sua origem, como nasceu e o que determinou seu curso”.

Em “O Mal Estar na Civilização” (Freud, 1930), vemos no pensamento de Freud, que ele se baseia no paradigma antitético da relação entre civilização e impulsos. A civilização é posta nessa obra como uma manifestação direta das pulsões, é produto da vontade de Eros. Freud propõe a ideia de que a psique e o social são interligados em suas raízes, sendo o mundo social em si o resultado de suas afinidades e a civilização, o nível mais alto “psiquismo”. Esta civilização é o resultado de um conflito entre a natureza humana e processo civilizatório. Reveste-se de renúncias. Desde seu nascimento, o sujeito, é habitado por exigências pulsionais, e na infância, a criança renuncia seus desejos, por meio do interdito do incesto. Já adulto deve renunciar aos seus desejos, pois eles se chocam com questões culturais

e religiosas da sociedade. Reprimir as pulsões não significa o fim dos desejos nos sujeitos. Também não quer dizer que a negociação entre natureza e a cultura esteja encerrada. Nesse caso, esse conflito é contínuo.

Notamos que o processo civilizacional em Freud segue o caminho de uma coerção externa seguida de uma internalização da repressão às pulsões, segundo Goiana (2014): Há em “O Mal -Estar na Civilização”, uma preocupação de Freud em relação à sociabilidade dos indivíduos, pois existe uma “(...) hostilidade primária entre os homens”, estando então à

Sociedade permanentemente ameaçada de desintegração. Os mecanismos civilizacionais e suas consequências são necessários, [...] “todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização” e dessa forma “civilização, portanto, tem de ser defendida contra o indivíduo, e seus regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa: combater a hostilidade entre os homens, são representações da pulsão (às vezes até de morte) e devem ser combatidas pelo processo civilizacional. Numa perspectiva política, a própria ideia da formação do Estado é válida, haja vista que ele é quem, através de sua normatização e legislação inflige ao sujeito uma primeira coerção externa. O Estado, como mecanismo de controle assim defende-se do caos ameaçador de seus membros. (Goiana, 2014, p. 55).

Isso ocorre, por exemplo, nas leis ambientais de demarcação de terras indígenas ou na lei do defeso onde o pescador não pode praticar a pesca (Figura 6) em determinada época do ano. A necessidade gregária para a existência de cada indivíduo faz com que esses criem normas e regras sociais e que essas evoluam a partir de um processo civilizacional baseado na repressão libidinal e que se desenvolveu em séculos.

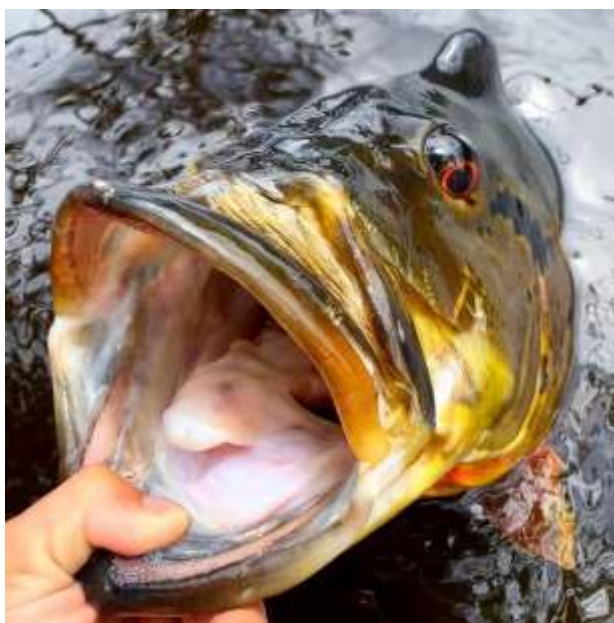


Figura 6: Pesca do tucunaré.
Fonte: SILVA, J. B. (2019).

Entendemos então que para Freud, a partir da sua segunda teoria das pulsões que a ordem social é vista como dominante na sua relação com a psique, e impõe seus próprios mecanismos de controle social sobre ela. As medidas tomadas em prol da civilização, para Freud revelam a interação entre o social e a libido e que assumem a forma de “grupo de características que conhecemos como parcimônia, sentido da ordem e limpeza”. E sobre isso nos alerta Elias:

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas anteponham limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo. (ELIAS, 1994 b, p.270).

A inibição das pulsões tem duas consequências. A primeira, é que ela é a base para a formação da civilização. Já foi dito que a civilização é resultado da repressão das pulsões, haja vista que elas não se encaixariam nos ideais da civilização.

A segunda é que nem todos os sujeitos se adaptariam a isso, causando assim uma sensação de mal-estar, e o surgimento da doença nervosa.

O homem contemporâneo vive então todo esse estado descrito por Freud. Se observarmos uma comunidade ribeirinha veremos pessoas com forte tradição indígena arraigada na sua carga cultural, mas ao sair rumo à cidade grande se deparará com novas formas de repressão de seus desejos.

Por outro lado assimila rapidamente as vantagens que a modernidade lhe dá como: as tecnologias, entretenimento, o acesso às novidades do mercado, trabalho (que lhes dá um novo status), etc. Alguns não retornam mais aos seus lugares de origem e aqueles que retornam entram em choque com os hábitos do lugar e começa então o mal estar que lhe causará grande luta interior.

Um exemplo disso se vê em comunidades indígenas onde o alto índice de suicídios entre os jovens é fato revelado pelos jornais e tem despertado o olhar dos estudiosos sobre o assunto. É a forte presença do processo civilizador que atinge todas as pessoas em qualquer lugar e tempo.

1.1.3 Elias e o Processo Civilizador

Ao escrever sobre “O Processo Civilizador” Elias (2001) tece uma crítica a psicologia acadêmica, uma disciplina institucionalmente organizada de conhecimento acadêmico e faz exceção à psicologia freudiana, se coloca ao lado desta para construir sua crítica. Elias abraça a Psicanálise freudiana, para a constituição de sua **Sociologia Processual**, pois essa garantiria a Elias, uma perspectiva sobre a psique humana que a psicologia acadêmica não lhe dava. Elias é responsável por uma complexa integração, apoiado nos escritos de Freud, da psicologia ao processo civilizatório.

Entendemos que a ideia de Elias é romper com as fronteiras disciplinares acadêmicas, que dividem as várias manifestações dos seres sociais em campos de estudos isolados o que dificulta o próprio conhecimento acerca do ser humano.

Indo pelo percurso metodológico de Elias, chegaremos a combinação de dois tipos distintos de investigação: a Psicogênese que consiste no estudo da evolução histórica da psique e a Sociogênese que é o estudo da evolução histórica da sociedade. Freud havia dito em suas obras escritas a partir da década de 1920, sobre a Civilização (O Futuro de uma Ilusão, 1927 e O Mal-Estar na Civilização, 1930), que o processo civilizacional se dá de forma simétrica ao amadurecimento do indivíduo, Elias coloca as ideias, e também a maior e mais complexa contribuição à Sociologia, de Psicogênese e Sociogênese.

Ou seja, dentro do processo civilizacional Elias foca na defesa de que toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do ser individual (Psicogênese), produz uma série de transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido. Da mesma forma, as diversas transformações que ocorrem constantemente nas estruturas da sociedade (Sociogênese), especialmente nas relações sociais, produzem alterações nas estruturas de personalidade dos seres individuais que as compõem.

Poderíamos dizer que essa é uma concepção psicossocial do sujeito onde psique e social interagem efetivamente. Dessa forma, podemos observar em Elias que os padrões de comportamento nesse processo civilizacional estão ligados a um controle externo dos impulsos corporais.

Elias (2002) destaca que as pulsões são modificadas nas relações sociais e os padrões de controle emocional são socialmente determinados. Falando do homem contemporâneo, por exemplo, quem sairia nu em plena praça pública? Ou fizesse suas necessidades biológicas nas calças? Os sentimentos de constrangimento e vergonha apareceriam imediatamente, pois já

estão internalizados pelo processo civilizador. Em relação a isso Elias (2002) destaca o autocontrole como base de sua teoria:

O processo de civilização está relacionado à auto regulação adquirida, imperativa para a sobrevivência do ser humano. Sem ela, as pessoas ficariam irremediavelmente sujeitas aos altos e baixos das próprias pulsões, paixões e emoções, que exigiriam satisfação imediata e causariam dor caso não fossem saciadas. (ELIAS, 2002, p. 37).

Em todo esse processo o indivíduo se utilizou de ferramentas mentais para conseguir se adequar pelo modelo ou padrão de vida proposto pelo processo.

1.1.4 O conceito de Figuração

Norbert Elias buscou desenvolver, durante toda sua trajetória intelectual, um pensamento que ultrapassa as fronteiras estabelecidas entre os campos de conhecimento, ou seja, um diálogo multidisciplinar. Ele mostrou que os processos sociológicos não existem em si mesmos, mas estão intimamente relacionados aos processos históricos, educacionais, psicológicos e biológicos na obra, *Escritos e Ensaios*, Elias (2006) nos traz o conceito de figuração. Ele defende que a ideia de que todos os indivíduos estão inseridos em teias de relacionamentos. Isso significa que o conceito de figuração está relacionado à interdependência.

Ele define a figuração como qualquer tipo de configuração social, sendo que todas são iguais no que se refere ao seu aspecto relacional, precisamos, portanto, interagir com alguém, em casa, na escola, na igreja ou em qualquer lugar. Cada grupo social possui uma maneira única, com características próprias e o convívio com esses grupos nos influenciam com relação a nossa aprendizagem, portanto, estamos sempre aprendendo coisas novas, causando transformações no aspecto intelectual e emocional, isso fará diferença hoje ou amanhã. Sobre isso ele relata:

O conceito de figuração distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação. Contrasta, portanto decididamente com um tipo amplamente dominante de formação de conceitos que se desenvolve, sobretudo na investigação de objetos sem vida, portanto no campo da física e da filosofia para ela orientada. Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros (Elias, 2006 p. 25).

Elias usa o conceito de *interdependência* para explicar que as coisas e as pessoas estão interligadas. Não dá para entender, por exemplo, os piabeiros do rio Negro olhando apenas para a eles, é preciso entender que todos os setores estão interligados, os valores do indivíduo serão formados de acordo com a necessidade do mercado, das leis ambientais, do contexto social que esses indivíduos fazem parte e que as experiências vividas por eles são trazidas para outros setores da pesca.

Portanto, nosso processo de aprendizagem nunca vem de um único lugar. Cada indivíduo se desenvolve em seu próprio contexto social, de acordo com suas intenções pessoais, ambos sofrem mudanças e alterações com o passar do tempo e para alcançar um objetivo proposto necessitamos do apoio de outras pessoas.

Essa necessidade que temos uns dos outros ele chama de interdependência funcional. Na obra *Sociedade dos Indivíduos* (1994) ele nos aponta com clareza essa relação:

(...) cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam as outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis ou tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais imutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras que chamamos "sociedade" (Elias, 1994, p.21)

Portanto, ao falar de figuração, que os indivíduos humanos formam uns com os outros, Elias (2006) nos mostra que

dispomos de uma imagem do ser humano e de um instrumento conceitual mais adequado à realidade e com cujo auxílio se pode evitar o tradicional dilema da sociologia: "aqui o indivíduo, ali a sociedade", dilema que se baseia na verdade em um jogo, de tipo extracientífico, com palavras ou com valores (ELIAS, 2006, p. 27).

Assim, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais deve ser analisada e concebida como um processo. Ou seja, "estruturas sociais" e "indivíduo" (ou seja: "ego" e "sistema social") são aspectos diferentes, mas inseparáveis, cuja análise deve recair sobre as teias de interdependência humanas que formam as configurações sociais.

1.1.5 A abordagem teórica sobre Processos Sociais

No tocante à conceituação de processos sociais, Norbert Elias, ao longo de sua carreira desenvolveu uma abordagem sociológica voltada para a compreensão da formação e transformação das sociabilidades, para as alterações estruturais de sociedades ocorridas ao longo de séculos e para a construção de um campo de conhecimento sociológico interdisciplinar.

O autor parte de pressupostos para a elaboração mais complexa de sua abordagem sociológica. Ele ancora-se em terreno incomum, na transitoriedade, na mudança contínua de modelos sociais de relacionamento, na transformação sempre corrente de padrões de sentimento, na sucessão de eventos ao longo da história, que, por sua vez, engendram novas estruturas sociais.

Na obra, *Escritos e Ensaio* Elias observou e procurou transmitir que as complexas mudanças sociais, sempre em curso, formam processos cujas direções específicas, embora não teleologicamente determinadas, seguem um fluxo e apresentam regularidades passíveis de observação. Ao analisarmos mais detalhadamente a natureza dos processos sociais descritos por Elias, perceberemos uma momentânea ambivalência prontamente estabelecida pela proposição hipotética do sociólogo: processos são cegos, mas com direções determinadas. Sobre isso ele escreve:

O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração — ou seja, em geral não aquém de três gerações — de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, os critérios são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador os considerar bons ou ruins (ELIAS, 1994, p.27-28)

Elias nos mostra que os processos sociais são bipolares. Diferentemente do processo biológico de evolução, os processos sociais são reversíveis. De forma analógica ele revela que os instrumentos conceituais para a determinação e a investigação de processos sociais são pares conceituais como: “integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio”.

Essa paridade conceitual indica a direção dos processos sociais. Assim, “o emprego desses conceitos sociológicos de direção distingue-se, de modo característico, do emprego de conceitos históricos, que são focados na apreensão de detalhes únicos e não-direcionados da vida em conjunto dos seres humanos no passado” (ELIAS, 1994).

Elias nos mostra ainda, que esses processos sociais podem ter a mesma direção (em estágios anteriores ou posteriores). Dessa forma, surtos de distanciamento, ou surtos na direção de uma maior integração e diferenciação, podem ser observados em diferentes fases da humanidade, visto que processos sociais mais longos permitem reconhecer com mais frequência e com maior clareza a ruptura de um estágio do processo para outro mediante um decisivo deslocamento de poder.

Podemos citar como exemplo de processos sociais os escritos de Matos (2015) onde este nos revela:

(...) a evolução dos transportes aéreo, terrestre e fluvial; a evolução dos meios de comunicação: rádio, televisão, telefone fixo e móvel; a diferenciação crescente e decrescente de funções sociais, o aumento ou diminuição do capital social ou patrimônio do saber, o aumento ou diminuição do nível de controle humano sobre a natureza não humana ou da compaixão por outros homens, pertençam eles ao grupo que for (MATOS, 2015, p. 107).

1.1.6 O conceito de Ethos

Etimologicamente Ethos é uma palavra de origem grega, e sua definição está ligada aos hábitos adquiridos por uma comunidade. É o que distingue um grupo social e cultural dos outros, sendo assim uma identidade social.

Os estudos de Eggs (2005) encontram na Retórica de Aristóteles – especificamente em relação à noção de ethos –, dois campos semânticos ligados à questão que suscitam contradições: há um campo semântico fundado na moral, no qual se encaixam atitudes e virtudes pautadas pela honestidade, benevolência ou equidade, e outro de sentido mais objetivo, neutro e sem afetações, no qual se adequam hábitos, modos e costumes ou caráter.

Segundo o autor, esses dois campos, aparentemente contraditórios, seriam, na verdade, constitutivos da noção de ethos e, portanto, indispensáveis a qualquer atividade argumentativa, sendo entendidos como a “realidade problemática de todo discurso humano” (EGGS, 2005, p. 30).

Em alguns momentos da Retórica, Aristóteles não usa o termo ethos propriamente explicitado e nos coloca, como citado acima, diante de uma contradição semântica em relação ao significado do termo, que ora adquire um sentido ligado à moral, ora um sentido mais prático e objetivo.

Outra noção de ethos é feita, dentre outros teóricos, por Amossy (2005), que situa seus

estudos sobre o ethos na confluência de três disciplinas: a retórica, a pragmática e a sociologia dos campos. A pragmática contemporânea, diz-nos Amossy (2005, p. 121), interessa-se pela “eficácia da palavra no interior da troca verbal, não se interessa pelos rituais sociais exteriores à prática linguageira, mas pelos dispositivos de enunciação”. Assim, interessa-se pelo fenômeno discursivo.

Nessa perspectiva, portanto, o ethos não deve ser apreendido como o status social do sujeito empírico. A proposta de estudo da autora, no entanto, é aliar o ethos dos pragmáticos com o ethos dos sociólogos, em uma perspectiva segundo a qual eles são vistos como complementares e não excludentes. O ethos considerado pelos sociólogos é oriundo de “uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores” (AMOSSY, 2005, p. 122).

Como pudemos verificar, os conceitos de figuração, processos sociais e ethos nos dão a chave para compreendermos o comportamento desse caboclo contemporâneo, como é o caso do piabeiro do rio Negro. Esse resultado de um longo processo civilizatório e as teias invisíveis que o envolvem estão em toda parte.

As figurações sociais e o processo civilizacional estão em todo lugar e tempo. As relações sociais que norteiam a vida do homem contemporâneo estão explícitas na teoria de Elias, onde pudemos perceber uma utilização não hierarquizada dos saberes sociológicos, históricos e psicanalíticos.

Nessa utilização os objetos fundamentais são o indivíduo e a sociedade. A teoria psicanalítica de Freud fica mais visível em Elias quando este vai fundamentar o processo civilizador, sendo esse um processo que tem como base tanto para Freud como para Elias, a repressão das pulsões (recalque) e o autocontrole. A teoria freudiana vai ser amplamente usada por Elias, em sua construção teórica do que é o indivíduo/sujeito.

Diante de tudo isso, podemos entender que, o mal-estar na civilização citado por Freud corresponde ao processo civilizatório descrito por Elias. O processo exige renúncia e conseqüentemente insatisfação. Ocorre um conflito entre as restrições da civilização e as exigências pulsionais que acabam não sendo possível de ser coordenados conjuntamente causando então esse mal-estar.

SEGUNDA SEÇÃO: HISTORIOGRAFIA DO CABOCLO

2.1 O CABOCLO PIABEIRO: HISTÓRIA E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Para entendermos como se constituiu historicamente esse indivíduo designado e pouco se autodefinido de caboclo é necessário verificar o processo de formação do homem amazônico e antes de tudo mergulhar na história de ocupação da Amazônia para podermos chegar a esse fruto da confluência de sujeitos sociais distintos formados por ameríndios, negros, nordestinos, europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses) e também asiáticos (judeus, sírio-libaneses, japoneses) que inauguraram novas e singulares formas de organização social nessa imensa vastidão dos trópicos amazônicos.

Com diferentes matrizes geradoras, marcada por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em formas de trabalho extrativo, geralmente acompanhado em tipos variados de escravismo ou servidão.

No rio Negro isso se deu inicialmente com a exploração das drogas do sertão, quando os índios eram usados como mão de obra na coleta dessas drogas, como escravos ou posteriormente como aldeados, mas continuando como servos da coroa. Um dos primeiros meios que foi adotado e que prevaleceu até o século XIX foi a manipulação dos conflitos intertribais, com a finalidade de se obter escravos originalmente prisioneiros de guerra, inicialmente com amparo legal, sob o argumento das expedições de resgate de tornar o preso livre das ameaças da antropofagia, desenvolvendo-se posteriormente para troca ou compra (RAMOS, 2004 p.244).

Depois os seringueiros da floresta que sofreram numa servidão contínua nas mãos dos coronéis de barranco. Quando o seringueiro ia entregar a borracha no barracão, ele recebia o valor desta com preços cotados no início do fabrico, enquanto que os produtos adquiridos eram notados em uma caderneta e cobrados valores atuais, ou seja, o seringueiro vendia sua produção de borracha a preços defasados, enquanto os produtos adquiridos no barracão, além de já inflacionados, ainda eram pagos em valores reais (SILVA, 2007 p. 9).

Mais recentemente essa forma de servidão se deu com os caboclos piaçabeiros e os piabeiros pescadores de peixes ornamentais que explorados pelos patrões sofrem pelas más condições de trabalho e pelo endividamento sem fim, ao serem inseridos na figuração do aviamento.

Verificamos, por exemplo, a situação de um piaçabeiro numa comunidade no rio Aracá. Este se encontrava atrelado a seu patrão a ponto de não querer saber se está ou não sendo explorado. Acostumou-se à sua própria condição de vida e não encontra forças para mudar, preferindo continuar atolado em dívidas (REIS, 2007 p. 36).

Nesse processo de constituição do caboclo se observa, por exemplo, a interferência do estado como no caso da política indigenista do Diretório que provocou novas relações sociais e étnicas na região, assim como da chegada de milhares de nordestinos e povos diversos de outras partes do mundo, gerando novas relações de poder estabelecidas nesses eventos que contribuíram na formação social do caboclo da Amazônia. Logo, tudo está em processo e nele nos situamos ou somos parte dele (ELIAS, 1980).

Desse modo, com o intuito analisarmos essa formação social do caboclo que tem como resultado os piabeiros do rio Negro, tomamos como ponto de partida o desenvolvimento histórico da região amazônica que provocou também a mudança no ethos desse indivíduo. Homens e mulheres da Amazônia estabelecem novas estratégias e a partir de condições objetivas garantem sua vivência. Surgem, portanto as novas figurações² que orientam os homens para o capitalismo, para o socialismo, para as ações ecológicas, para a subsistência, sustentabilidade ou predação (MATOS, 2015 p. 19).

2.1.1 Formação Social do Caboclo

Analisando a distinção de cada tipo regional no Brasil notamos sua estreita ligação com a geografia, com a história da colonização e com as origens étnicas da população. Nesse sentido, os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros em geral como o tipo humano característico da população rural da Amazônia (LIMA, 2009 p. 6).

Diferentemente de outros tipos regionais (como nordestinos, gaúchos, caipiras, etc.) que constituem representações estereotipadas mais ligadas ao folclore para exibir suas identidades regionais, o caboclo é também uma categoria de “mistura racial” e refere-se inicialmente ao resultado do contato interétnico entre brancos e índios. Ele resulta da combinação de tipos raciais que estão relacionados à história de ocupação da Amazônia.

Em contraste com outras regiões do Brasil, a colonização da Amazônia incluiu políticas para integrar, ou seja, escravizar, estimular casamentos mistos e “civilizar”, ao

² Por figuração, segundo Norbert Elias (1980) é entendido as redes de interdependências funcionais que ligam expressamente os seres humanos.

molde da civilização ocidental, a população indígena à sociedade colonial, como foi o caso do Diretório dos Índios (que veremos adiante).

Mais tarde a grande corrente migratória e imigratória provocada pelo rush da borracha também trouxe outros tipos humanos como os cearenses, que fugiram do flagelo da seca nordestina, migração que se deu em dois momentos da nossa história e que vão ter fortes influências na produção do espaço da região amazônica: a primeira refere-se aos nordestinos que migraram no final do século XIX, e que tinha como principal característica ser uma migração familiar e sertaneja.

A segunda a que ocorreu no período de 1943 a 1945, motivada pela "Batalha da Borracha", onde se alistaram como soldados da borracha produzida pelo Brasil para abastecer aos aliados na 2ª Guerra Mundial (NASCIMENTO, 1998 p.2).

Além dos portugueses e outros europeus já estabelecidos, vieram também judeus, sírio-libaneses, japoneses que foram se espalhando entre as capitais e demais cidades do interior da Amazônia. Temos aqui um quadro com vários atores que participaram ativamente da formação social desse caboclo da Amazônia.

2.1.2 O Diretório dos Índios

O Diretório dos índios foi uma legislação indigenista criada na segunda metade do século XVIII que subsidiava jurídica e politicamente as estratégias para a regulamentação das relações entre a sociedade colonial e os povos indígenas. Como tradutor e aglutinador de um conjunto de medidas que estavam em execução no norte da América portuguesa desde o início da década de 1750, o Diretório Pombalino ou simplesmente Diretório dos Índios emergiu do contexto dos conflitos territoriais entre os impérios espanhol e português, refletindo, por isso, uma política que pretendia incorporar as populações indígenas nas ações de ocupação e defesa dos territórios coloniais lusitanos, através de um programa de transformação dos nativos em verdadeiros católicos fieis e súditos leais ao rei de Portugal e, conseqüentemente mão-de-obra barata para os fins comerciais da coroa, o que, implicitamente, vem impostas as regras civilizatórias pela disciplinarização do tempo e do comportamento.

Contudo, as missões religiosas representavam um sério entrave para as pretensões metropolitanas. Devemos destacar aqui o possível plano dos Jesuítas na América do Sul em

criar uma gigantesca civilização cristã em bases sociais elevadas e humanas (Araújo, 2003 p.63). Se por um lado, eles detinham o controle virtual das populações indígenas, por concessão de Sua Majestade, por outro, e em função desse mesmo controle, eles haviam se tornado as grandes forças econômicas da região, uma vez que o índio era a força motriz da economia extrativa praticada.

Essas missões isentas do pagamento de tributos acabavam por se constituir em concorrentes imbatíveis no comércio das drogas do sertão e prejudicando a iniciativa privada. Por esse principal motivo a tutela exercida pelos missionários, em relação às populações indígenas, foi abolida pela política Pombalina que criou o Diretório, mostrando o poder do Estado.

Assim, tornou-se necessário, diante da nova configuração, regular a liberdade concedida aos índios e encaminhá-los para os fins almejados – torná-los habitantes estáveis das diversas povoações coloniais e agentes produtores das riquezas esperadas. A teoria dos processos civilizatórios, defendida por Norbert Elias, suscita aqui entre outras questões: explicar as formas de controle social.

Todas essas relações estabelecem uma percepção sobre o comportamento, suas alterações e a influência do poder enquanto regulador das condutas individuais e coletivas. Eis, que a noção de poder em Elias (1980) condiz com um atributo das relações sociais, ou em outras palavras, é resultado do contato entre indivíduos, e de suas ações nos mais variados campos, seja no plano social, no econômico, no político, no cultural, etc.

O Diretório dos Índios constituiu, então, a melhor estratégia adotada pela coroa para o povoamento e pacificação da região amazônica. Seus noventa e cinco parágrafos arrolam uma série de medidas com vistas à integração do índio à sociedade colonial e a sua transformação em um trabalhador ativo.

Isso, segundo Matos (2015) impulsiona consequências nas estruturas da personalidade (psicogênese) e na estrutura social (sociogênese) dessas sociedades indígenas, que até o momento vem causando verdadeira aflição no interior desses grupos étnicos.

A medida que mais se destaca aqui é a que propunha o casamento entre brancos e índios. Esse era um dos principais projetos do Diretório a educação das meninas índias, cujo objetivo era a realização do maior número possível de casamentos mistos. As índias que ficavam reclusas podiam receber propostas de casamento que deveriam ser comunicadas ao governador. Este avaliaria a qualidade do pretendente e, se fosse do seu agrado, permitiria a união e proporcionaria ao casal enxoval e dote.

No momento de seu casamento, as meninas já teriam uma boa parte do seu enxoval pronto, pois durante o período em que estavam no recolhimento dedicavam boa parte do tempo à sua confecção. No caso dos casamentos mistos também é difícil averiguar a sua efetiva realização, pois a ascendência indígena era muitas vezes omitida nos registros matrimoniais. Nas prestações de contas efetuadas pela Real Fazenda constam dotes pagos às índias.

No entanto, estes foram poucos, deixando a impressão de que o governo metropolitano não atingiu a grande quantidade de consórcios que gostaria. A mancebia ou casamento de colonos com as filhas dos tuxauas, expediente conhecido e praticado pela nobreza europeia para unir monarquias e firmar alianças (BENCHIMOL, 1999, p.75).

Observamos que a autoridade colonial era agora preponderante também em relação à constituição das novas chefias. Uma nova forma de poder se estabelecia na região. Isto não quer dizer que as autoridades coloniais possuíam, aqui, um monopólio absoluto, por meio do qual detinham todo o controle sobre a edificação das chefias. A importância dos descimentos³ para o aporte populacional das Vilas e Lugares fez com que muitas das chefias mantivessem sua condição original, ainda que significativamente alterada pelas novas figurações existentes na sociedade colonial.

Verificamos aqui por meio de uma reflexão eliasiana as relações de poder descrita por Elias e Scotson sob a lógica da figuração social que estabelece as relações de interdependência verificadas nessa questão do Diretório.

Na obra *os Estabelecidos e os Outsiders*, esses sociólogos discorrem acerca das normas de socialização de uma pequena comunidade na Inglaterra mostrando a vida cotidiana daquela comunidade, as pessoas categorizam umas às outras e respondem a essa categorização com diferentes tipos de interação, a depender de seu conteúdo favorável ou desfavorável. Sendo esse fator comum, o indivíduo aprende a prever a qualificação que receberá e ver-se nesses termos, no que se denomina sua autoimagem, representativa de como ele se percebe (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Podemos tranquilamente aplicar a teoria de Elias e Scotson à relação estabelecida entre colonos e índios. Os índios (estabelecidos) tiveram suas posições de chefia valorizadas pela política do Diretório, por outro lado os colonos (outsiders) recém-chegados vislumbravam o casamento com as índias para mais tarde gozar dos mesmos privilégios dos

³ Os descimentos eram expedições, inicialmente não militares, por meio das quais, os missionários convenciam os índios através da retórica a descerem de suas aldeias para se juntarem a novos aldeamentos. Segundo Mário Ipiranga (2016) os descimentos disfarçavam a impune e solerte subtração do arbítrio do natural.

líderes indígenas e por fim subjuga-los, que se configura uma estratégia para o monopólio de poder. Portanto, a introdução dessas medidas pelos lusitanos defendia a crença de que a educação, o trabalho e o convívio com os brancos serviriam de mecanismo para a civilização dos povos indígenas no norte da América portuguesa. E as chefias indígenas se mantiveram cientes da sua importância, como demonstram os levantamentos de moradores ocorridos nas vilas de Barcelos, no Rio Negro.

Tais levantamentos arrolam os habitantes, segundo os vínculos mantidos com os chamados principais: assim, em Barcelos, Manoel de Oliveira controlava cento e quinze pessoas; André de Vasconcelos, setenta e uma; Theodozio Jozé dos Santos, cento e cinco; Thomas Pinto Brandão, sessenta e sete, e Luiz da Costa, noventa e cinco (COELHO, 2006). Com essa disposição do quadro populacional evidenciamos uma região que ocupada tardiamente revela a importância das chefias indígenas para a consecução do projeto de consolidação da presença lusitana (Figura 7) no vale amazônico.

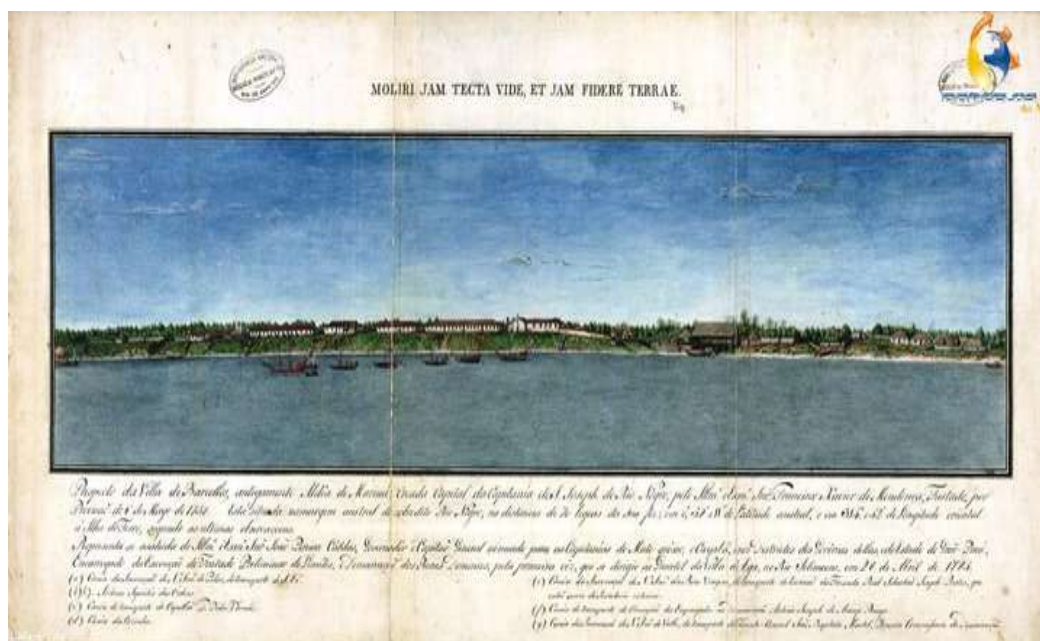


Figura 7: Fortificação da Aldeia de Mariuá (atual Barcelos)

Fonte: Portal Barcelos na net

De posse desses mecanismos, construía-se uma estratégia para a constituição de uma nova hegemonia cultural nas povoações indígenas, visando à formação de um novo povo desprendido de suas tradicionais concepções de tempo, trabalho e sociedade, além de habilitado em valores e práticas ocidentais e cristãs típicas da sociedade portuguesa do século XVIII.

Em tudo isso se pode ver ações que resultarão na miscigenação e no novo modo de viver e pensar do caboclo resultado desse contato interétnico. Por outro lado, num olhar mais distanciado, no curso desse processo, não houve romantismo, mas um surto descivilizatório na região:

O surto descivilizatório ocorrido no Amazonas, parte do pressuposto de que, com consentimento de uma classe social, homens e mulheres ditos civilizados fizeram outros homens de escravos, espoliando-os, usando de sua força motriz, beneficiando-se de seu conhecimento e causando a morte de muitos - crianças, jovens, adultos, independentes de serem homens ou mulheres. (MATOS, 2015, p. 198)

Essa mestiçagem se processou gradativamente. Nesse caldeamento um tipo de gente surge e se harmoniza com os mesmos processos de mestiçagem e caldeamento do tipo brasileiro: homem simples, bom, inteligente e forte. Um homem para o futuro harmonizado com o espaço social (ARAÚJO, 2003 p. 97).

2.1.3 A chegada dos Africanos, Judeus, Árabes e Japoneses

A contribuição africana foi bem pequena na Amazônia, mas marcante. Esse grupo humano sofreu uma migração involuntária, pois foram capturados e trazidos para o Brasil especialmente entre os séculos XIV e XIX. Nesse período desembarcaram no Brasil milhões de negros africanos que vieram para o trabalho escravo. Estes trabalharam marcadamente no cultivo da cana-de-açúcar e café.

Desses escravos poucos chegaram à região amazônica sua concentração foi maior no nordeste brasileiro. Dos que aqui chegaram podemos fazer um balanço, em especial para a província de São José do Rio Negro onde percebemos que no seu cotidiano os escravos exploraram seus momentos de autonomia, relativa é claro, e fizeram destes um direito. O casamento (no caso da Amazônia muito frequente entre negros africanos e negros da terra), as relações sexuais, o nascimento de um filho foram expressões significativas desses momentos (SAMPAIO, 2011 p.196).

Alguns descendentes de escravos chegaram posteriormente formando comunidades quilombolas, como foi o caso dos provenientes de Sergipe que chegaram ao rio Pauni, que ficou conhecido como rio dos pretos, por volta de 1907. Estes materializaram o sentido de liberdade, o direito à terra, a configuração de uma territorialidade, a afirmação de pertença e

identidade (Sampaio, 2011 p.198). Porém, os espaços de autonomia não se limitavam apenas a essas práticas, encontrados, também, nos folguedos religiosos, nos momentos de lazer em que diferentes elementos culturais se mesclavam, em que o sagrado e o profano se confundem e as manifestações se expressam através dos cantos, das danças e nos ritmos dos instrumentos percussivos.

Quanto aos judeus chegam à Amazônia por volta de 1810, oriundos do norte do Marrocos, África, onde viviam agrupados em guetos (Melahs) nas cidades de Fez, Tanger, Tetuan, Casablanca, Rabat e Marrakesh. Trazidos por questões diversas como: perseguições, fome, discriminação; e fatores políticos do Brasil na época, como a Abertura dos Portos, Tratados de Aliança e Amizade, fim da inquisição, liberdade de culto (de forma discreta, em locais que não se assemelhassem a templos) e a Abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira. (PECHER, 2010, p.02).

Entre 1810 a 1910, aproximadamente 1.000 famílias de imigrantes, tanto sefaraditas-marroquinas, como de outros grupos culturais judeus da Europa e do Oriente Médio, vieram fazer a Amazônia, um pouco antes e durante o *boom* do ciclo da borracha (BENCHIMOL, 1999, p. 225).

A Constituição de 1891 aboliu a união da Igreja com o Estado e instituiu o princípio da plena liberdade de culto. Esse foi um grande incentivo para que os judeus continuassem emigrando para a região, pois a nova constituição permitiu que as sinagogas saíssem da clandestinidade para se organizarem (BENCHIMOL, 1999, p. 264).

Samuel Benchimol (1999) classifica cinco grupos de judeus: os sefaraditas expulsos de Portugal, Espanha e Marrocos, que falavam português, espanhol e haquitia; os forasteiros nativos de Marrocos, que falavam arbia e haquitia; os serfatitas de Alsácia e Lorena, de fala francesa e alemã; os askenazitas da Alemanha, Polônia e dos países da Europa Central, que falavam alemão e ídiche; os foinquinitas do Oriente Médio, que falavam ladino e árabe. Essas famílias estavam distribuídas em: 650 para o Pará, 200 para o Amazonas, e 150 para Iquitos (BENCHIMOL, 1999, p. 277).

Inicialmente os judeus aportavam em Belém, em Manaus onde eram recebidos por famílias, já estabelecidas na região e que tinham negócios com empresas inglesas e francesas. Muitos eram encaminhados para trabalhar em casas aviadoras, ou viravam regatões pelos rios da região.

Na Amazônia, os judeus tiveram quatro gerações: A primeira se estabeleceu no interior, como empregados, balconistas e vendedores, contratados por firmas de Belém e

Manaus; a segunda geração é dos que prosperaram durante o apogeu gomífero, de 1850 a 1910; a terceira geração é a da Grande crise, quando a economia da borracha amazônica já não gerava tanto lucro como antigamente e, com isso, fazia que os judeus das vilas e povoados do interior fossem procurar melhores condições de vida em Belém e Manaus; a quarta geração é a dos doutores e profissionais, dos anos 1950 e 1970, quando as famílias mandavam os filhos mais talentosos estudarem fora, na Bahia ou no Rio de Janeiro.

Segundo a tradição bíblica os Judeus não poderiam se casar com os chamados gentios (não judeus). O texto que narra a proibição de um judeu casar-se com não judeu encontra-se no livro do Deuteronômio em 7,3-4: “não contrairás com elas matrimônios; não darás tuas filhas a seus filhos, e não tomarás suas filhas para teus filhos”; o motivo para essa proibição encontramos no versículo a seguir: “ pois fariam teus filhos desviarem-se de mim, para servirem a outros deuses; e a ira do Senhor se acenderia contra vós, e depressa vos consumiria” Dt 7,4.

Porém, apesar da proibição, observou-se uma pequena, mas importante contribuição judaica no processo miscigenador.

Com uma presença de mais de 200 anos na região, vieram, à duras penas, reconstruir suas vidas em um mundo vasto e de oportunidades e, mesmo com inúmeras crises, nunca desanimaram, contribuindo na formação cultural e social da Amazônia. O grupo étnico judaico na Amazônia é multicolorido na sua tez, desde branco (leucodermo) até mulato (faiodermo), devido à assimilação e a miscigenação com os povos aqui encontrados, tanto nativos e caboclos, dando origem ao Judeu Caboclo ou ao Caboclo Judeu, como imigrantes europeus e árabes, nestes duzentos anos de convívio saudável (PECHER, 2010 p.2).

Quanto aos outros imigrantes asiáticos chegaram por volta do século XIX. O governo brasileiro promoveu a entrada de um grande número de imigrantes da Ásia e até a primeira metade do século XX cerca de quatro milhões de imigrantes dessa parte do planeta desembarcaram no Brasil.

Dentre esses grupos humanos destacam-se, sírios, libaneses e japoneses. Os árabes tornaram-se importantes na História da Amazônia, pois aqui chegaram trazendo consigo identidades culturais extremamente importantes para o nosso país e em especial para a Amazônia, milenares culturas herdadas de seus antepassados. O motivo principal de sua vinda foi à fuga de conflitos étnicos e religiosos, como o massacre de cristãos em 1861 no Líbano. Estabeleceram-se principalmente em Manaus em torno do mercado Adolpho Lisboa, cuja área ficou conhecida como reduto dos árabes.

Outros se tornaram regatões viajando os rios amazônicos levando produtos para troca

principalmente com o látex, tornando-se séria ameaça aos seringalistas, pois concorriam com estes oferecendo mais vantagens aos seringueiros. Dessa forma, os árabes sírio-libaneses contribuíram para a economia e miscigenação na Amazônia estabelecendo-se em Manaus, Belém, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá (BAZE, 2010 p. 45).

No que se refere à imigração japonesa na Amazônia, esta foi iniciada 21 anos depois da vinda dos primeiros imigrantes do Kasato Maru, cujo centenário foi comemorado em 18 de junho de 2008. Os primeiros colonos vieram para Tomé-Açu (1929), no Estado do Pará e, em Maués (1930) e Parintins (1931), no Estado do Amazonas. Na época em que foi iniciada a imigração japonesa na Amazônia, a economia regional era essencialmente extrativista e em estagnação, devido à crise da borracha. A imigração japonesa, ao introduzir o cultivo da juta nas várzeas amazônicas, como em Parintins, atingiu o seu apogeu na década de 1960, participando com 1/3 do PIB do Estado do Amazonas. A pimenta-do-reino, nas áreas de terra firme do Estado do Pará, chegou a participar com mais 35% do valor das exportações na década de 1970. Estas duas culturas marcaram uma fase na economia da Amazônia com grandes repercussões sociais, políticas e ambientais (HOMMA, 2009, p. 119).

Tendo em vista essa diversidade de raças, culturas e etnias o resultado só poderia ser esse cruzar interétnico que conhecemos, o qual promoveu uma grande riqueza cultural na Amazônia e o aparecimento do caboclo. Por esse motivo encontramos inúmeras manifestações socioculturais refletidas na vida desse ser da Amazônia: linguagem, costumes, comportamentos, pratos típicos, crenças e vários outros aspectos que foram incorporados à cultura amazônica por esses povos de além-mar.

2.1.4 Os Nordestinos

A formação sociocultural da Amazônia sofreu um impacto considerável partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha. A partir de 1877, que se vivenciou o primeiro movimento migratório para a Amazônia, motivado principalmente pelas secas que assolavam o nordeste brasileiro. A chegada dessa grande massa humana na região mudou sobremaneira a figuração sociocultural da Amazônia. As secas de 1877 e 1878 deslocaram 19.910 retirantes. Até 1920 já eram 300.000, em 1960 cerca de 500.000 nordestinos que vieram fazer a Amazônia, representando o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira. (BENCHIMOL, 1999 p. 155).

Há uma interessante diferenciação entre as duas ondas migratórias dos nordestinos a Amazônia. A primeira era motivada pelo flagelo da seca e consistia em homens provenientes do agreste e da caatinga basicamente cearenses que se deslocavam do interior. A segunda corrente provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros, desempregados e sem profissão, também fugindo da convocação para as Força Expedicionária Brasileira – FEB que escolheram enfrentar as intempéries da selva ao invés da guerra na Europa.

Após 1944 a chuva voltou a cair no sertão. Alguns milhares desses nordestinos regressaram tão pobres ou mais pobres, doentes, desiludidos, cheios de filhos (BENCHIMOL, 1999 p.167). Mas alguns resolveram permanecer e encarar a vida nos trópicos. Foi o início da explosão demográfica na Amazônia. Alguns com vocação agrícola ocuparam as várzeas do Solimões do rio Amazonas, outros se localizaram em seus sítios e roçados se fixando definitivamente. Outro grupo regressou à capital Belém ou Manaus iniciando o processo de favelização na periferia dessas cidades.

A letra da música *Em busca da árvore da fortuna* (SILVA, 2018), (figura 8) sintetiza bem a transição da economia gomífera para a pesca ornamental:

Vale ressaltar que ao final desse processo histórico que os grupos sociais provenientes de outras regiões do Brasil ou de outros países não vieram à Amazônia pra viver em harmonia com o ambiente, e sim para explorá-lo em benefício próprio ou em benefício de outro país. A figuração a decorrer por todo esse período se manifesta com uso da força, estratégias e tecnologia para dominar a natureza, incluindo a natureza indígena (MATOS, 2015).

No lado extremo do equilíbrio da balança do poder aqueles que vieram sangrar a *Hevea Brasiliensis* (seringueira) convergiam para os seringais na floresta e margens dos rios. Os soldados da borracha aprenderam com quem já lá vivia habilidades e competências para sobreviver e manter ou formar a unidade familiar. As pressões ecológicas manifestadas por intermédio do clima quente e úmido, picadas de insetos, conhecimento de espécies silvestres – animais e vegetais aos poucos foram sendo absorvidas em um processo de adaptação ao ecossistema amazônico (MATOS, 2015 p.44).



Figura 8: Musica ‘em busca da árvore da fortuna’.
Fonte: SILVA, J. B. (2019).

2.2 O Caboclo em seu Ethos e Figurações

Como já vimos o conceito de ethos está ligado aos hábitos adquiridos por uma comunidade. É o que distingue um grupo social e cultural dos outros. O caboclo que habita a Amazônia configura como parte indissociável que reside no âmago da natureza e sua história na região revelam os traços configurativos da sua identidade.

Assim, adentrar ao universo identitário dos povos amazônicos implica considerar ambiguidades e caminhos que se entrecruzam e se contrapõem no campo da emancipação social e política. Na verdade esses homens não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o

urbano e também de forma global. Ou seja, há uma relação interna e externa do grupo (MATOS, 2015 p. 23).

A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida estritamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. Suas manifestações culturais e sociais também se expandem pelo mundo, assimilando algumas práticas e rejeitando outras.

Encontramos etimologias diferentes para o termo caboclo e aqui registramos duas. Costa Pereira (1975) cita Teodoro da Silva, que afirma que *caboclo* deriva do tupi **caa-boc**, que quer dizer “*o que vem da floresta*”. Parker (1985) sugere outra etimologia, encontrada no Dicionário de Aurélio B. Ferreira (Ferreira, 1971). Ferreira sugere que o nome vem da palavra tupi ‘**kari**’boka, que significa “*filho do homem branco*”.

É importante notar que o termo caboclo está associado a vários contextos e parâmetros de classificação. Utilizamos aqui a especificação o termo caboclo como uma categoria social constituída num processo histórico. É importante frisar a natureza conceitual do termo, pois existe o perigo de tomar-se o termo caboclo como uma identidade e desse modo vão surgir fronteiras absolutas para um grupo social que não é encontrado na vida real. Ao contrário, o termo caboclo deve ser entendido como uma categoria geral de referência e identificação (LIMA, 2009 p.8).

Para compreendermos o caboclo é necessário desvendar seu cotidiano, considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais. Entender o modo de vida desse grupo social que habitam a Amazônia não significa apenas conhecer e descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender seus vastos territórios.

É preciso perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas repletas de contrastes e contradições desenhadas pelo processo civilizador. As relações humanas vão sendo permeadas por comportamento, emoções conhecimento e poder. Alguns emergiram da floresta e outros foram para “dentro dela”, providos de conhecimento, repugnância e vergonha como marca do processo civilizacional (MATOS, 2015 p. 50).

Esse grupo social que habita a Amazônia desenvolveu um singular *modus vivendi*, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração em geração. Palavras, gestos, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, foram-se acumulando, revelando uma forma singular de vida.

Diante das transformações desse fluxo histórico, foram-se definindo povoadas, rotas, habitus, identidades. Em face às misturas ocorridas nesse vasto território cortado pelas veias da planície emergiram diferentes tipos sociais, trabalhadores que, diante das condições mais adversas, inventaram e reinventaram formas de sobrevivência, adaptaram-se passiva e ativamente às sutilezas complexas dos seus múltiplos ecossistemas.

A alteração na composição étnica da região fez surgir não só novos tipos sociais, frutos da mistura social, cultural e racial, mas também um novo estilo de vida. Notamos aqui as chamadas práticas socioculturais - ethos amazônico. O ethos aqui observado passa pelo cultivo do solo, plantio da mandioca, criação de boi, extrativismo animal e vegetal, caça, pesca e atividades miméticas, dentre outros (MATOS, 2015 p. 51).

Entretanto, o curso do processo civilizatório muito interferiu na cultura e modo de vida indígena, mas o resultado não foi plenamente alcançado, não apagou sua essência. Esse amazônida ainda permanece imbuído da identidade dos nossos mais antigos ancestrais — os ameríndios. Não se sabe, porém até onde esse processo, cego segundo Elias, irá nos levar.

O fato é que caboclo continua a desenvolver suas práticas socioculturais nessa imensidão amazônica. Seja na retirada da piaçava ou do açaí, no puxirum, na caçada na mata ou de canoa, na pesca dos ornamentais ou como guia de pesca esportiva no rio Negro, esse homem está intimamente ligado à água e a terra aplicando diariamente todo o seu etnoconhecimento⁴ e interagindo com o meio ambiente. De sorte que onde há terra e floresta, onde há terra e área cultivada, onde há rios, lagos, cabeceiras e igarapés, o amazônida mostra seu ethos que não se resume ao trabalho, mas ao não trabalho (MATOS, 2015, p.58).

Após várias correntes migratórias e imigratórias ao longo de séculos e após tantos projetos implantados em diferentes localidades da região amazônica, notamos a formação sociocultural do caboclo e sua atuação marcante, seja inicialmente como escravo apoiando colonizadores ou projetos políticos muitas vezes fantasiosos, motivados pela eterna cobiça de acumular fortunas e riquezas inatingíveis (como foi o caso do extrativismo da borracha), seja na busca de uma vida ajustada com os elementos naturais ou com as mudanças causadas pelo processo civilizatório.

Diante de todos esses acontecimentos o amazônida construiu e constrói suas concepções e seu ethos de vida; a cada novo momento, desse cenário complexo, renasce a esperança de dias melhores, seja relacionado à sustentabilidade quanto a exploração de

⁴ Segundo Nascimento (2013), etnoconhecimento é os saberes, tradições (cultura) passadas de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais. (NASCIMENTO, 2013)

produtos da floresta ou da ictiofauna, condições de habitação, escolaridade, saúde, renda etc. Acompanhado disso os processos sociais vão trazendo as transformações tornando o homem cada vez mais interdependente.

Analisando todo esse processo histórico percebemos que há necessidade de garantir respeito à natureza e ao ethos do caboclo da Amazônia. Não podemos vê-lo abandonado à beira das colocações de piaçava, à beira das estradas, às margens dos rios, à espera dos novos projetos de desenvolvimento que não os consideram como sujeitos portadores de história; renegados às consequências e resultados do processo histórico de colonização e desenvolvimento na identidade da população local.

Porém, não basta garantir condições de visibilidade para essas sociedades, é preciso reconhecer que elas possuem uma diversidade de práticas e manifestações culturais, alicerçado no e seu etnoconhecimento e independente da denominação (caboclo) utilizada para retratar o sujeito social da Amazônia, devemos buscar o reconhecimento da importância de sua participação no processo de formação política e da identidade local.

Assim, o caboclo da Amazônia que aqui reside na figura do piabeiro não implica apenas uma localização no espaço, uma localização geográfica como também comprometimento político e social, que não se reduz à descrição e análise de modos e práticas culturais tradicionais e específicas desse homem. Passa pela valorização de uma história marcada pela desigualdade e inferiorização, causada por um processo civilizatório que tem como marca a mudança no modo vida dos homens, interligando todos os atores envolvidos pelas redes de interdependência que estão agindo continuamente, como é caso dos piabeiros do rio Negro que mesmo diante das novas figurações ainda praticam a pesca dos ornamentais e anseiam por políticas públicas que valorizem o setor da pesca ornamental.

TERCEIRA SEÇÃO: FIGURAÇÕES NA PESCA NO MÉDIO RIO NEGRO

3.1 A PESCA ARTESANAL ORNAMENTAL

A pesca dos peixes ornamentais no Brasil e particularmente no Amazonas se mostra como uma matriz econômica baseada no extrativismo. Esse processo de extração dos recursos naturais remonta ao início da colonização portuguesa para manter a posse de um discricionário território previsto no Tratado de Tordesilhas. A efetivação dessa posse confirmou-se em 1755, com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, pelo ministro Marquês de Pombal, para reforçar um processo agroexportador, intensificado pelos lusitanos na Amazônia.

Coincidência ou não, o município de Barcelos foi fundado exatamente nesse mesmo ano como sede da Capitania de São José do Rio Negro. Isso já demonstrava o reflexo do processo civilizador ocidental penetrando na Amazônia.

A pesca artesanal ornamental iniciou no Estado do Amazonas na década de 30, mas, no Rio Negro iniciou com a descoberta em Barcelos do cardinal tetra (*Paracheirodon axelrodi*) nos anos 1950. Amostras dessa nova espécie foram enviadas para o Sudeste do Brasil por um piloto de avião que trabalhava na região, e despertou a curiosidade de aquarofilistas do Brasil e do exterior (PRANG, 2001).

A exportação comercial do cardinal teve início nos anos 1960. Em 1964 já existiam seis firmas exportando essa espécie, e a exploração alcançou municípios vizinhos como Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da cachoeira (PRANG, 2001).

A pesca ornamental ou extrativismo de peixes ornamentais consiste na captura de pequenos peixes utilizados para a aquariofilia, executada a partir do conhecimento empírico de pescadores, também conhecidos como piabeiros. A captura dos peixes ornamentais é realizada por apetrechos de pesca como o rapixé, cacuri e a armadilha, sendo que o rapixé é o mais utilizado (FREITAS; RIVAS, 2006).

O decurso dessa exploração faz surgir uma cadeia de extração e outras espécies dessa região passaram a ser exportadas com o cardinal, sustentado por, segundo Matos (2015), uma rede invisível de consumidores, dessa cadeia produtiva. Tal atividade se fortaleceu nas décadas de 1970 a 1990 e se mostrou mais atraente para pescadores, atravessadores e exportadores, constituintes dessa mesma rede. Porém, teve uma diminuição drástica de importância para o município na década de 2000, conforme dados da SEPROR (2018). Novas

figurações se formaram e as relações de poder se estabeleceram nas teias de complexas de interdependências criadas pelas interações humanas (ELIAS, 2004).

Dados oficiais mostram uma queda substancial nos níveis de exportação das principais espécies. Aqui buscaremos destacar os principais fatores dessa mudança de comportamento no comércio de piabas⁵ (como são chamados popularmente os peixes ornamentais ornamentais com ciclo de vida curto, 2 anos, tamanho inferior a 10 cm na sua fase adulta). Portanto, na perspectiva das relações de interdependências funcionais Elias (1980), podemos, por meio deste estudo, identificar os desafios, o declínio e as possibilidades envolvendo esse agronegócio denominado de pesca artesanal ornamental na Região do Médio rio Negro.

Os peixes ornamentais encantam pelo seu exotismo e beleza. Os amantes do aquarismo em todo o mundo são fascinados pelas espécies amazônicas e, diante dessa demanda mundial o comércio do peixe ornamental na bacia do Médio Rio Negro foi se estabelecendo. Ganhou volume e se mostrou um comércio pujante e de vital importância para a economia do município de Barcelos, o principal polo dessa atividade, assim como para Santa Isabel do Rio Negro, município vizinho.

Em geral a pesca na Amazônia merece destaque em relação às demais regiões do país, por sua diversidade de espécies exploradas, quantidade de pescado capturado e alta correlação das populações ribeirinhas na atividade (RUFFINO, 2005).

O rio Negro e seus afluentes são ricos em diversidade, quantidade e qualidade de peixes ornamentais. Ribeiro (2011) define espécimes ornamentais como quaisquer espécies de Organismos Aquáticos Ornamentais, isto é, quaisquer espécies predominantemente aquáticas que possam ser mantidas em cativeiro, em tanques, aquários, lagos com fins estéticos, educativos ou diversão. “Em suma, qualquer espécie aquática pode ser considerada como ornamental, se for mantida para este fim.” (RIBEIRO, 2011, p. 11).

Observando o fluxograma de exportação iremos notar que a maioria dos peixes é direcionada para países da Europa, Japão, Estados Unidos e Ásia. Esse comércio é de caráter sazonal, começa com a captura de peixes entre os meses de agosto e abril, tem como pico os meses de outubro a fevereiro, coincidindo com a época da seca (FERRAZ, 1999).

Com o declínio da economia gomífera os extrativistas do rio Negro ficavam oscilando na extração de vários produtos da floresta como: piaçava, castanha, cipó, entre outros. Mas a

⁵ Segundo o dicionário Aulete piaba é uma palavra indígena que é o nome genérico para peixes fluviais, teleosteo, caracídeos, dos gêneros Leporinus e Schizodon. Também denominados como: -piava -piau -piabá -piaua -piapara. *Piaba em tupi-guarani (pi'awa) que significa literalmente: "o que é manchado ou pintado" (piá+bae).* (AULETE, 1980).

partir da década de 1970 a captura de peixes para fins de aquarofilia teve seu auge e permaneceu até a década de 1990. Esse novo momento movimentou a economia do município levando empregados e patrões a migrarem para essa nova matriz. Esse boom de vendas trouxe prosperidade aos atravessadores e riqueza aos exportadores, mas os piabeiros das comunidades continuaram nas mesmas condições.

Segundo Prang, (2001) a comercialização das espécies de peixes considerados ornamentais no Médio Rio Negro deve-se à iniciativa do pesquisador norte-americano, Herbert Axelrod, que transportou pela primeira vez dez milheiros de cardinais aos Estados Unidos, em 1956, e cujo nome foi dado à principal espécie ornamental de Barcelos, o cardinal *Paracheirodon Axelrodi*. Após esse sucesso ele retornou e contratou dezenas de piabeiros que transformaram a pesca ornamental no milagre econômico do município de Barcelos. Logo todos queriam pescar: piaçabeiros, castanheiros, caçadores, agricultores, e outro, viram na pesca ornamental uma excelente forma de fazer dinheiro. Como destaca Matos (2015):

Portanto é pertinente dizer que cada indivíduo não se reduz a uma única figuração. E dado o contexto sociocultural, a necessidade de se manter a família e se manter, leva-o, por pressão de forças ocultas a ingressar em diferentes figurações com níveis diferentes de poder, cabendo ao indivíduo autonomia ou autonomia relativa para sair dela (MATOS, 2015 p.19).

Nisso se percebe uma nova figuração, onde as relações de poder vão se intensificar. Novas redes são criadas. Um exemplo bem nítido dessa mudança está na relação dos donos de embarcações. Eles que utilizavam seus barcos para outros fins ascendem como os novos patrões. Contratam piabeiros, ou reúnem a família para praticar a pesca ornamental. Rapidamente esses senhores constroem lindas casas ou adquirem mais barcos. De forma que a atividade fica robusta, inclusive atraindo pessoas de outros vizinhos.

Observamos então um fenômeno que é destacado por vários pesquisadores. As populações ribeirinhas da Amazônia, em função da forte relação de dependência entre homem e meio ambiente, desenvolveram processo adaptativo que hoje culmina em uma combinação do uso integrado do espaço físico com o aproveitamento múltiplo dos recursos disponíveis (FURTADO, 1993; MCGRATH et al., 1993; CERDEIRA et al., 1997)

Assim, a cidade de Barcelos ficou conhecida na década de 1990 como a Capital Nacional do Peixe Ornamental. E para dar um up no marketing da cidade a prefeitura do município criou o Festival do Peixe Ornamental – FESPOB (Figura 9) onde duelam os peixes Acará Disco e Cardinal. Nessa festa o principal homenageado é o pescador piabeiro (inclusive com uma ala que leva seu nome) e a cada ano as agremiações escolhem um tema para

desenvolver. No último fim de semana do mês de Janeiro é realizado o FESPOB e a cidade se divide entre as cores azul/vermelho do Cardinal e preto/amarelo do Acará Disco. Hoje ele é o terceiro Festival mais badalado do Amazonas e desperta a curiosidade de todos porque tem um ritmo próprio – o bailado do peixe.



Figura 9: Panfleto do 1º Fespob
Fonte: Portal Barcelos da Saudade

Diferente de outros municípios, que tem as chamadas festas clones tendo como base o Boi ou a Ciranda, os artistas barcelenses se preocuparam em criar um ritmo próprio inspirado no movimento das águas do rio Negro. O bailado do peixe (Figura 10) encanta pela sua plasticidade coreográfica e é a sensação dessa maravilhosa festa.



Figura 10: Cardinal e Acará Disco

Fonte: Folha de São Paulo

No Fespob é disputado no piabódromo (nome que faz alusão às piabas) e existem vários itens como: apresentador, intérprete, índia guerreira, tuxaua Camandari, cabocla, alegorias, ala fauna e flora, letra e música temática, coreografia, etc. Mas, o ponto máximo da apresentação é a Ala dos Piabeiros. Com música e coreografia própria quando essa ala entra há um delírio dos cardumes – como são chamadas as torcidas. Amparado em Elias e Dunning (1992), podemos identificar que na atividade mimética, aproximação do real, sendo realizada e em momentos de lazer, o descontrole controlado das emoções é um fato. Nas atividades miméticas lazer e trabalho interagem proporcionando emoções, prazer e lucro.

3.1.1 – Como funciona a cadeia produtiva dos peixes ornamentais

Para entendermos melhor a cadeia produtiva dos peixes ornamentais visitamos (Figura 11) à comunidade do Daracué (Figura 12) cerca de 60 km da sede do município de Barcelos margem esquerda do rio Negro onde acompanhamos o dia a dia dessa comunidade de piabeiros.

A dinâmica entre a captura, negociação com o atravessador e a exportação das espécies ornamentais segue várias etapas como observamos em algumas pesquisas realizadas. Ferraz (1999) criou um sistema que explica o percurso entre captura do peixe ornamental, na bacia do rio Negro, até sua exportação que nos ajuda a fortalecer a concepção figuracional ou as redes de interdependências funcionais que sustenta essa atividade. Ele nos apresenta em cinco etapas distintas desse processo.



Figura 11: Viagem rumo à comunidade do Daracué
Fonte: SILVA, J. B. (2018).



Figura 12: Vista aérea da comunidade do Daracué
Fonte: Pousada Rei da Amazônia

Na etapa número um, de captura e de armazenamento, os peixes são pescados e transportados em pequena canoas ou montarias (Figura 13 e Figura 14) para os tanques, onde ficarão à espera do comprador/atravessador.



Figura 13: Piabeiras em ação no Daracuá
Fonte: SILVA, J. B. (2018).



Figura 14: Montarias de piabeiros.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Esses reservatórios (Figura 15) são classificados por tamanho e espécie. Durante esse período de manutenção, os ornamentais sofrem com a densidade variável da água, com a fome e com a ação de predadores naturais, como aves, peixes, répteis, pois esses espaços normalmente ficam nos rios.

Nessa etapa, esses lugares de armazenamentos não podem ser limpos com regularidade, o que diminui a qualidade da água.



Figura 15: Reservatório temporário de Cardinais no Daracuá.

Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Na etapa dois, os ornamentais são levados pelos pescadores ou atravessadores para as áreas de armazenamento dos exportadores. Esse trajeto dura aproximadamente 12 horas, o que torna as condições de transporte (Figura 16) difíceis, pois os peixes são armazenados em tanques (Figura 17) de plásticos (caçapas), com densidade variável da água e sofrendo com outros fatores como: à baixa ventilação, os gases do motor do barco, etc.



Figura 16: Armazenamento.

Fonte: SILVA, J. B. (2018).



Figura 17: Transporte.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Na etapa três, os piabeiros entregam os peixes em Barcelos. Em alguns casos, a recepção desses peixes é feita em flutuantes (Figura 18), no beiradão do município. Nesse momento é feita a triagem dos peixes por tamanho e espécie, e eles são armazenados nas caçapas para transportes. Ocorre troca periódica da água e constante remoção dos peixes mortos.



Figura 18: Recepção em flutuante.
Fonte: Sebrae (2018).

Na etapa quatro desse processo, é feito o transporte dos ornamentais para Manaus (Figura 19), com destino aos principais empresas exportadoras. Esse transporte é feito de barco e dura cerca de 22 horas, porém, na época da seca, esse tempo aumenta consideravelmente. Nesse caso, a troca de água é feita mais de uma vez a troca de água, devido a temperatura da água e fumaça do motor.



Figura 19: Transporte feito em barco recreio.
Fonte: SOUSZA, Damião 2012.

A etapa final se resume á exportação. Nessa fase, já em Manaus, os peixes são recebidos pelo exportador, que logo faz nova triagem por tamanho e espécie, colocando-os em quarentena. Ocorre mais uma vez o armazenamento com novo tratamento profilático, verificação das condições da água, melhoria da dieta dos peixes e, finalmente, a preparação final para a exportação (Figura 20). (FERRAZ, 1999).

Em alguns casos desse processo, o peixe é passado direto do piabeiro ao atravessador que já aguarda na foz de determinado afluente do rio Negro. De lá rumam diretamente para Manaus. Assim as perdas de unidades de peixes é bem menor, pois o fator tempo é primordial para o sucesso do negócio.

Na comunidade do Daracué notamos os piabeiros dividindo seu tempo em duas atividades: a pesca artesanal ornamental e a pesca esportiva que hoje se apresenta como principal motor econômico no Médio Rio negro.



Figura 20: Ornamentais nas embalagens prontos para exportação.
Fonte: Amazonas em Tempo

3.1.2 As relações de poder na pesca artesanal ornamental

O comércio de piabas se alicerça por ações dos diferentes atores sociais inseridos nas variadas figurações e suas redes invisíveis ampliadas. Em outras palavras, compreendemos melhor o objeto em estudo, quando conseguimos conectar as ações dos atores como sendo membros da sociedade:

Ela (a sociedade) só existe porque existe grande número de pessoas; só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa particular (ELIAS, 1994, p. 13).

Dessa forma, pela visão de Elias a sociedade é percebida como uma rede de indivíduos em constante relação. No comércio de piabas não é diferente, pois cada ator social desenvolve uma ação que alimenta as redes de trocas. O indivíduo em sociedade é uma “rede” que produz fenômeno reticulares situados no interior de relações de interdependências, de tensões, de auto-regulação e de poder (ELIAS, 1994).

No processo de comercialização dos peixes ornamentais as redes invisíveis agem e geram muitas das vezes uma ação de conflito entre os atores sociais. O poder na teoria eliasiana, se mostra conforme as relações vão se estabelecendo e isso pode ir mais para um lado ou para o outro.

Para um maior esclarecimento sobre essa questão vamos analisar o espaço da pesca com duas definições: território e territorialidade. O território é um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam na manifestação de Poder, podendo gerar ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2006).

Já um dos conceitos de territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (ALBAGLI, 2004).

Essa análise se faz pertinente para se compreender como se dá o gerenciamento dos recursos pesqueiros em seus vários níveis institucionais (comunidade, município e Estado), levando em consideração a diversidade de atores e interesses. Dessa forma, entenderemos as variadas territorialidades existentes no espaço aquático.

Aqui fica visível o que Elias chama de interdependência funcional, mas é também a forma como conseguimos enxergar a estrutura que sustenta essa figuração, o que move essa atividade. O estado regula a legislação ambiental e alfandegária, por exemplo, e tanto pescadores quanto os exportadores dependem disso.

Por outro lado o atravessador necessita do piabeiro que conhece muito bem os locais de pesca. Certas comunidades como a do Daracué (Figura 21) buscam administrar os recursos naturais daquela região e não é qualquer pescador que pescaria por lá. Por outro lado, os padrões têm, muitas das vezes, os piabeiros aprisionados na dependência financeira, pois os mesmos já se endividaram nos comércios da cidade ou com os próprios atravessadores.



Figura 21: Comunitários do Daracué.
Fonte: SILVA, J. B. ()2018.

Nos primeiros anos do comércio de piabas essa relação entre patrão e empregado era bem tensa e apontava muitas vezes para um sistema de escravidão, tal como ocorria com os piaçabeiros do rio Negro. Alguns patrões se achavam donos de certos rios. Era comum ouvirmos na cidade que determinado rio pertencia ao patrão fulano e lá ninguém pesca sem autorização dele. O fenômeno da patronagem, como veremos mais adiante, parece adequado tratar um pouco mais verticalmente das relações clientelísticas próprias do antigo regime colonial.

Com o tempo a legislação foi mudando e os piabeiros começaram a se organizar em cooperativas, como a ORNAPESCA, para melhorar suas condições trabalhistas e sair dessa condição de servidão relativa. Nesse bionegócio de peixes ornamentais nos deparamos com vários atores sociais, veremos a seguir alguns grupos que se destacam.

3.1.3 O piabeiro: etnoconhecimento e instrumentos de pesca

Pescar piaba exige muito mais do que instrumentos (Tabela 01) de coleta, é necessário conhecer a dinâmica dos rios, a natureza, os peixes e as áreas próprias de sua habitação. Onde eles estarão na seca e na cheia, de que se alimentam como reagem aos predadores ou até a presença humana.

Tabela 01: Elementos sobre o pescador e a pesca ornamental.

O piabeiro –pescador ornamental	
Apetrechos de pesca (Figura 23)	Rapixé, puçá, cacuri (Figura 22),rede, isca pra fazer pitiú, montaria, remo.
Espécies capturadas	Dezenas de espécies mas principalmente cardinal, acará, bodó-espinho.
Horário de pesca	Durante o dia ou a noite dependendo da espécie a ser capturada.
Período da pesca	Não importa o regime dos rios e se pesca o ano todo, mas a alta temporada vai de Agosto a Abril.
Número de pescadores	Geralmente um ou dois dependendo da canoa e da necessidade.
Locais de pesca	Igapós. Igarapés e lagos.
Embarcações utilizadas	Canoas, motor rabeta ou motor de centro.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Figura 22: Cacuri - armadilha.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).



Figura 23: Pescadores/atravesadores e seus apetrechos de pesca (puçá, rapixé e cacuri).
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

O etnoconhecimento, como vimos anteriormente, é o conhecimento aprendido com a vida cotidiana em interação direta com o meio que o cerca e seus fenômenos naturais. A pesca é feita durante o dia ou à noite dependendo da espécie a ser pescada. Na pescaria da noite a lanterna é um elemento fundamental. Aqui, notamos a mudança da utilização das técnicas tradicionais para instrumentos mais sofisticados, conforme revela Matos (2015):

A simples passagem do facho para a lamparina e dessa para a lanterna permitiu aos seres humanos maior visibilidade noturna, tanto nas profundidades das águas quanto na densidade da floresta. (MATOS, 2015 p.67-68)

A palavra piabeiro refere-se ao pescador de piabas, o responsável pela captura dos peixes ornamentais. A expressão piabeiro passou a ser usada na mesma época em que começou a pesca de peixes ornamentais no rio Negro. Sua origem etimológica está ligada à palavra piaba (conforme visto anteriormente). Logo, convencionou-se que o pescador de piabas é piabeiro.

O léxico de uma língua vive em permanente expansão e essa palavra trata-se de um Neologismo. Segundo Câmara (1996), neologismos são inovações linguísticas que se afirmam numa língua, podendo ser vocabular e de construção frasal. Em regra geral, porém, são composições ou derivações novas. Daí a formação e significado da palavra piabeiro.

Em seus escritos, Prang (2001) destaca dois tipos de piabeiros: pescadores urbanos e rurais. Notamos que o primeiro tipo vive na cidade e acompanha o “patrão” ou atravessador (intermediário que compra sua produção e a figura do aviador) nas áreas de pesca ou acampa em alguma “paragem” próxima ao ponto de pesca, por determinado período, geralmente um ou dois meses. Os rurais são divididos em duas categorias: os “relativamente móveis” vivem no interior e viajam para as áreas de pesca de seu patrão. Os “imóveis” vivem em comunidades ou sítios no interior perto das áreas de pesca.

A coleta de peixes serve como atividade complementar às atividades produtivas de subsistência no interior. Nesse caso a coleta dos peixes geralmente envolve famílias inteiras (Sobreiro, 2006), ou seja, as figurações sociais se apresentam de forma a não permitir que nenhum membro da família fique de fora.

Os pescadores aqui pesquisados se encaixam na categoria dos imóveis, pois vivem na comunidade do Daracué que fica próximo de excelentes locais de pesca. Eles relatam que foram abençoados por Deus: “aqui temos tudo que precisamos e o mais importante é que sabemos como preservar” revela o pescador F.P.C. um dos responsáveis pela organização social na comunidade.

Nota-se também que ao longo de 30 anos houve mudança nas práticas extrativas desses pescadores como é visível nos diálogos a seguir:

Diálogo com pescador 01 (pai – 53 anos):

Pesquisador: Desde quando o senhor pesca?

Pescador: Desde menino.

Pesquisador: Seu pai era pescador de piabas?

Pescador: Nem sempre, meu pai e outros eram na maioria agricultores, seringueiros, castanheiros, mas depois de um tempo tornaram piabeiros. Nós também nos tornamos piabeiros e agora guias de pesca do tucunaré.

Pesquisador: Qual era a principal ocupação dele anteriormente?

Pescador: Como na cidade era difícil arranjar emprego era mais fácil viver da plantação da mandioca e da pesca. Aqui a comunidade vai no fundo, então na época da cheia íamos pra terra firme, num lugar chamado Sorva. Lá a gente fazia farinha e vivia da caça e da pesca (C, F. P.2018).

Diálogo com pescador 02 (filho – 29 anos):

Pesquisador: O senhor sempre trabalhou na pesca?

Pescador: Sim. Quando criança, ainda ajudei meu pai a fazer farinha. Eram mais ou menos umas 6 horas a remo até chegar na terra firme onde tinha a nossa plantação. Mas de lá pra cá nos dedicamos à pesca ornamental e nos últimos anos dividimos o tempo sendo guia de pesca esportiva.

Pesquisador: Vocês abandonaram a pesca ornamental totalmente? E qual a mais rentável: a ornamental ou a esportiva?

Pescador: De jeito nenhum ainda pescamos os ornamentais e muito, mas no verão damos atenção aos pescadores esportivos. A pesca do tucunaré nos dá mais lucro. Temos inclusive, um hotel na comunidade gerenciado pela família. Temos internet, quartos com ar condicionado e um cardápio regional que enche os olhos dos turistas. Nosso hotel e nossos lagos são muito procurados no verão. (C, F. J. P. 2018).

Para entregar o peixe em Manaus, o piabeiro depende da intermediação o que implica na interdependência funcional dos atores sociais e o nível de poder que permeia essa figuração. Após a captura o peixe é armazenado em tanques naturais cercados com telas, depois é levado ao município e entregue ao ‘patrão’ – na maioria das vezes dono de barco, que compra o peixe em Barcelos para vender em Manaus, aos exportadores.

Até aí a negociação é feita em moeda nacional, mas a exportação já é realizada em dólar. Por isso, apesar da queda na produção de peixes a exportação, a nível monetário sempre se manteve estável nos últimos anos, chegando em alguns momentos até ter ganhos mais elevados devido à alta do dólar. Mas, é o piabeiro a ficar na posição menos privilegiada nesse comércio de peixe ornamental.

3.1.4 O patrão ou atravessador

A figura do patrão ou atravessador ganhou força no auge das exportações dos peixes ornamentais. Eles dominavam o comércio de piabas graças ao seu poder aquisitivo que incluía grande infraestrutura por possuírem grandes embarcações, flutuantes de embarque e desembarque e pela sua força nas relações de poder (tal como os padrões dos piaçabeiros). O patrão é um intermediário que compra os peixes ornamentais a baixo custo dos clientes e revende para os exportadores. Esse intermediário ou atravessador pode atuar somente como

comprador ou também como pescador (PRANG, 2001). Mas existem alguns pescadores autônomos que se organizaram e para fugir do aviamento revendem direto aos exportadores.

Isso mostra o que Matos (2015) chama de diferentes figurações com níveis diferentes de poder, cabendo ao indivíduo uma autonomia ou autonomia relativa pra sair dela.

Toda a produção é organizada em um sistema de patronagem. Notemos aqui que as relações de poder se mostram na forma descrita por Elias, difíceis de serem rompidas. E o poder aqui não é somente algo concreto que está nas mãos de um grupo social relacionado principalmente ao controle de coisas, de objetos e de pessoas. Em Elias, o conceito de poder deixou de ser uma substância para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo destas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças (SALLAS, 2001).

Essas relações patrão-cliente têm sido persistentes nas economias extrativistas em muitas partes da Amazônia brasileira, desde o período da colonial. Esse sistema de crédito, conhecido como aviamento, tornou-se institucionalizado em toda a Amazônia durante o boom da borracha no século XIX, e continua a existir em muitas áreas deixando o indivíduo preso a essa cadeia de interdependência que oriente a pesca dos peixes ornamentais.

Nesse bionegócio a cadeia produtiva, desde coletores a exportadores, estão ligados a fortes redes sociais e a relação patrão-cliente envolve relações de troca não muito favoráveis aos clientes, caracterizando uma relação de dependência (GILLINGHAN, 2001). Há conflitos e tensões da relação entre patrões e clientes.

Sobre a questão da patronagem nos afirma Cunha (2006):

... patronagem política, ou, ainda, da leitura da conformação dos espaços da política a partir de relações privadas de cunho clientelístico, vem sendo apresentado pela historiografia como elemento distintivo não de um, mas de variados períodos da história política brasileira. Ou, ainda, em outro registro, como traço essencial da própria cultura política de mais de um contexto histórico. Neste sentido, linha que alguns autores chegam mesmo a reforçar, a patronagem e o clientelismo — ou, em outro acento, o próprio patrimonialismo — assumem as vestes de um fenômeno perene na política brasileira (CUNHA, 2006 p. 01)

Prang (2001), em seus estudos, destaca três tipos de usufruto das áreas de pesca ornamental: comunal, privado e livre acesso. No comunal, em áreas de comunidades ribeirinhas e terras indígenas, seus moradores controlam o acesso a áreas de pesca, definindo quem pode ou não utilizar a área. O usufruto privado pode ocorrer em corpos de água dentro de terras privadas. Há casos onde patrões dono das terras não autorizaram a pesca por

terceiros (pescadores outsiders-não pertencentes ao grupo dos patrões). Trabalho de campo de vários pesquisadores revelam que no auge da atividade existia territorialidade (conceito já explicitado acima) na pesca ornamental, normalmente em áreas de igarapés. Cada grupo de pescadores tinha a sua paragem (acampamento), e em um igarapé poderia haver mais de uma paragem. Os grupos permaneciam em uma paragem ou usavam uma série de paragens dependendo da estação ou da produção. Atualmente, com o declínio da pesca ornamental, diminuiu a competição por áreas e várias paragens foram abandonadas. Algumas áreas, consideradas territórios de pesca ornamental de comunidades, são hoje de livre acesso (SOBREIRO, 2007).

Quanto à exportação notamos que Barcelos não tem nenhuma empresa exportadora, existe uma cooperativa de pescadoras e pescadores de peixes ornamentais, denominada de ORNAPESCA, entretanto devido ao baixo grau de escolaridade de seus membros, a maioria analfabeto, pois a mesma é realmente constituída somente por piabeiros e pelo fato de não conhecerem de fato seus deveres e obrigações, quanto a esse modelo, os mesmo não conseguem comercializar seus peixes através da ORNAPESCA, por isso a importância do intermediador.

3.1.5 Os exportadores

Nos estudos de Peres (2003) temos o peixe ornamental como o 14º produto de exportação do estado do Amazonas, em 2003, com uma receita em 1997 de U\$ 2.654,92. Tendo como principais 60 países importadores do peixe ornamental do rio Negro, Estados Unidos (25%), Alemanha (19%) e Japão (17%). Em 1999, se havia notícias de seis empresas exportadoras: AquaAmazon, Aquarium Corydoras Tetra, Prestige Aquarium, Talismã Aquarium, Turkey's Aquarium e Wild Amazon, todas com sede em Manaus e com representantes em Barcelos (PERES, 2003).

No ano de 2008 A Turkys era a maior exportadora do Brasil e contava com 35 funcionários em Manaus, que cuidavam da preparação do peixe para exportação (BOSCH, 2008). Mas com o declínio da pesca artesanal ornamental a empresa entrou em falência. Pouquíssimas empresas ainda sobrevivem do setor que apesar de tímido ainda goza de excelente arrecadação.

3.1.6 Situação da pesca artesanal ornamental: desafios e possibilidades

O Brasil é um reconhecido exportador de peixes ornamentais, sendo grande parte oriunda de águas continentais, sobretudo, da região de Barcelos no médio rio Negro, no Amazonas (NOTTINGHAM et al, 2005).

Os peixes ornamentais (Tabela 02) da Amazônia despertam grande interesse em aquaristas de todo o mundo. São importantes na geração de divisas, visto que a maior parte da produção se destina ao mercado internacional (FALABELA, 1985; RIBEIRO et al., 2008).

O Cardinal Tetra (*Paracheirodon axelrodi*) é o peixe mais cobiçado devido as suas exuberantes cores, e isso o torna o mais importante dentro da escala de exportação. De acordo com dados do Projeto Piaba, cerca de 30 milhões de cardinais eram exportados anualmente, representando mais de 80% do volume comercializado (ALVES, 2006). Mas como poderemos ver em 2018 esses dados reduziram para menos de 4 milhões (SEPROR, 2018).

Tabela 02: Nomes das principais espécies de peixes ornamentais.

Ordem	Nome científico	Nome comum
01	<i>Carnegiella spp</i>	Borboleta
02	<i>Coridoras spp</i>	Coridoras
03	<i>Hemigrammus rhodostomus</i>	Rodostomo
04	<i>Hipostomus plecostomus</i>	Bodó Onça
05	<i>Nannostomus eques</i>	Lápis
06	<i>Paracheirodon Axelrodi</i>	Cardinal-tetra
07	<i>Paracheirodon spp</i>	Neon
09	<i>Pseudocanthicus cf. leopardo</i>	Bodó Espinho
10	<i>Pterophyllum spp</i>	Acará-bandeira
11	<i>Symphysodon spp</i>	Acará Disco

Fonte: Dados da pesquisa. (2019).

Durante algumas décadas, o Amazonas se manteve em primeiro lugar na exportação de espécies de peixes para aquarofilia de água doce. Na década de 80, chegou a exportar até 45 milhões de indivíduos, na década de 90, a média de exportação caiu para 25 milhões de espécimes, entre 2000 e 2008, a média de exportação girou em torno de 18 milhões de indivíduos e sendo exportada no ano de 2016 a menor quantidade, pouco mais de 3,3 milhões, ou seja, aproximadamente 10% do que se exportava nas décadas passadas.

No entanto no ano 2017 a exportação dos ornamentais teve um crescimento de aproximadamente 21% em relação ao ano anterior, sendo essa quantidade ultrapassando 4 milhões de peixes ornamentais, demonstrando que essa indústria é dinâmica, pois enquanto muitas outras atividades/indústria fecharam com saldos negativos, devido à crise, a de peixes

ornamentais não seguiu a essa tendência. Valendo ressaltar o trabalho de sensibilização e articulação que o Governo do Estado do Amazonas em conjunto com entidades, instituições e OSCIP, incluindo as internacionais, ligadas a esta atividade para que a mesma torne-se cada vez mais pujante como nas décadas anteriores (SEPROR, 2018).

A partir de 2008, o bionegócio de peixe ornamental entrou em franca decadência no Estado do Amazonas, no plano interno em relação ao valor exportado, perdemos o primeiro lugar para o Estado do Pará e no plano externo perdemos a supremacia para a Colômbia e o Peru. Isso demonstra que houve falha nas redes que sustentam essa atividade econômica. Aqui percebemos claramente por meio da análise figuracional que vivemos uma interdependência pessoal descrita por Elias (1980).

Ele nos permite visualizar e compreender a nossa posição ao discutir os pronomes pessoais como modelos figuracionais, ou seja, nem sempre é o eu que faz, pode ser que seja o ele ou tu. Portanto, compreender a posição do nós e do eu, ele, vós na teia de relações e de ações é fator básico para que não fiquemos patinando em algumas discussões (MATOS, 2015).

Atribui-se o decréscimo da produção de peixes ornamentais, a fatores como:

- a) Legislação inadequada que reduziu a competitividade com outros países exportadores;
- b) Países vizinhos que exportam a maioria de suas espécies, com incentivos do governo;
- c) Dificuldades de logística de transportes, que tornou o frete um dos mais caros do Brasil, sobretudo para chegar a outros países;
- d) Falta de um entreposto e infraestrutura nos municípios para a recuperação do peixe capturado, diminuindo as perdas e o impacto da captura sobre as populações de peixes e dando um preço mais justo aos pescadores;
- e) Barreiras sanitárias internacionais;
- f) Reprodução e a criação em cativeiro de muitas de nossas espécies, principalmente nos países asiáticos, ameaçam o frágil sistema de comercialização no Brasil, baseado em extrativismo, faltando investimento em pesquisas que nos coloquem em pé de igualdade com a concorrência no exterior, que hoje leva nossas matrizes e produzem híbridos, multiplicando lucros sem pagar ‘royalties’;
- g) Falta de Marketing nos centros importadores;
- h) Mitos que impregnaram esse bionegócio, entre outros.

O Amazonas exportava até 2009 aproximadamente 85% dos peixes ornamentais exportado pelo Brasil e o rio Negro e seus afluentes produziam aproximadamente 90% dos peixes ornamentais exportados pelo Amazonas (Tab. 01). Do volume produzido pelo rio Negro o município de Barcelos responde por 60%, Santa Isabel por 35% e São Gabriel por 5%.

Essa modalidade de pesca empregava somente na região do rio Negro cerca de 13 mil pessoas e no resto do Estado algo em torno de 3.000 pessoas gerando, portanto, aproximadamente 16 mil empregos diretos. Até 2009, a atividade de pesca ornamental rendia algo em torno de 5 milhões de reais para o Estado, correspondendo a 60% da renda aferida pelos mesmos e algo em torno de 1 milhão de reais era gerado no resto do Estado. (SEPROR, 2018)).

No ano 2009, uma empresa exportadora responsável por comprar mais de 70% da produção foi embargada pela Polícia Federal por denúncias de irregularidades, o que agravou o declínio da atividade, que apresentou sinais de liberação ou colapso. Observamos que o comércio de peixes ornamentais era o melhor exemplo de arranjo produtivo local (APL), cujo modo operacional foi se consolidando durante mais de cinco décadas. Nessa rede de interdependência entre a captura do peixe até sua chegada ao destino final (36 países) há uma teia de relações onde o mais prejudicado nos negócios sempre foi o piabeiro.

Assim como o seringueiro que na história da Amazônia foi explorado na corrida pela borracha, o piabeiro é a mão de obra barata ideal para os atravessadores e exportadores que ainda operam na região.

Com a edição da Instrução Normativa Interministerial nº 1, de Janeiro de 2012, de 03/01/12, houve uma nova perspectiva ao setor, uma vez que acrescentou 393 novas espécies a lista anterior que tinha 357 espécies permitidas para a exportação, relacionando espécies como os bodós - *Hipancystrus sp*, *Ancystrus sp* e *Peckoltia sp*, espécies de grande aceitação no mercado e com melhor valor na comercialização. Podemos citar ainda a Indicação Geográfica - IG para os Peixes Ornamentais do rio Negro.

Além disso, existem ações do Governo Estadual com os demais entes federativos e em parceria com outras instituições. Dessas ações podemos enumerar:

- a) Implantar o Programa de Sanidade de Peixes Ornamentais, visando reduzir um dos principais entraves da cadeia produtiva (a sanidade);
- b) Identificar e definir áreas exploradas e com potencial para exploração, além de prospecção de novas espécies com interesse comercial;

c) Apoiar o Programa de Certificação e Rastreabilidade;

d) Implantar e operacionalizar o Sistema de Informação Estatística Pesca Ornamental;

e) Programa de capacitação e treinamentos para pescadores em Boas Práticas de Manejo de Peixes Ornamentais. Existe ainda, a articulação do Governo do Estado, através da SEPROR com o Governo Federal para a viabilização de recursos para construção do entreposto de peixe ornamentais em Barcelos, que será uma estrutura capaz de trazer a qualidade que o mercado importador tanto requer para nossos peixes, além de ajustes de cunho social e econômico, com a finalidade de gerar sustentabilidade socioeconômica para esses municípios, agregando valor a esta tipicidade, a preservação da biodiversidade, proteção de um patrimônio nacional e econômico, do manejo, da proteção dos produtores, dos consumidores de peixes ornamentais “hobistas” e da riqueza.

Seguindo nos direcionamentos das políticas públicas voltadas a atividade de pesca ornamental, cabe ressaltar que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, através da Resolução PR nº 55 de 18/03/2013. Dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de desenho industrial e dos pedidos de registro de indicação geográfica e dos procedimentos relativos a numeração destes pedidos e da Instrução Normativa nº 25/2013 - Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas, concedeu em 2014 a certificação de "Indicação de Procedência Rio Negro” à Cooperativa de Pescadoras e Pescadores Artesanais de Peixes Ornamentais do Médio e Alto Rio Negro (ORNAPESCA), sob o número BR402012000003-9, conforme publicação da Revista Eletrônica RPI N ° 2279 de 09 de setembro de 2014..

Os peixes ornamentais dos Municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas, conquistaram a certificação inédita no mundo (Figura 24) uma espécie de “selo verde” com Indicação de Procedência Geográfica - IG, concedida pela primeira vez, no mundo, a um organismo vivo. O selo é nacional, mas tem aceitação internacional por atender a esse exigente mercado internacional que é cada dia mais criterioso quanto à importação de peixes ornamentais, uma vez que as barreiras sanitárias e de sustentabilidade ambiental da atividade estão entre os principais entraves da comercialização.

Em síntese, as Indicações Geográficas dão ao produto identidade própria, uma vez que o nome utilizado estabelece uma ligação entre suas características e indica qualidade e reputação.



Figura 24: Registro de Indicação Geográfica.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Mais comumente, a indicação geográfica inclui o nome do local de origem das mercadorias, daí porque o selo dos Peixes Ornamentais (Figura 25) detém o nome “Indicação de Procedência Rio Negro”.



Figura 25: Selo Verde.
Fonte: IDAM

A certificação de Indicação de Procedência/Indicação Geográfica - IG (Figura 26) busca gerar sustentabilidade socioeconômica, beneficiando as pessoas estabelecidas no local de produção, a preservação da história local e do produto, agregando valor à esta tipicidade, a preservação da biodiversidade, proteção de um patrimônio nacional e econômico, do manejo, dos produtos, proteção dos produtores, proteção dos consumidores de peixes ornamentais e proteção da riqueza, da variedade e da imagem de seus produtos.

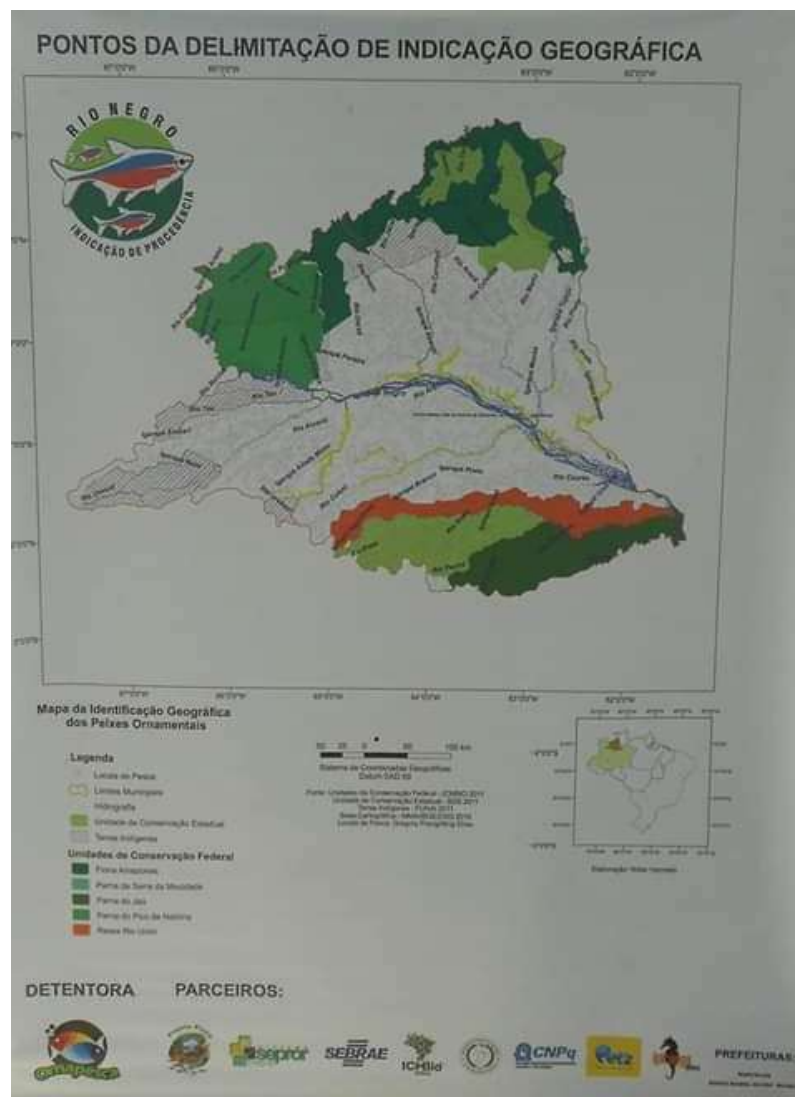


Figura 26: Indicação de Procedência/Indicação Geográfica – IG.
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

Entretanto, não basta termos somente a legislação e uma IG se não tivermos infraestrutura, financiamento e parcerias público/privado para uma atividade de grandeza nacional e internacional, cujo, o objetivo possibilitará a sustentabilidade dos piabeiros (Figura 27) do Amazonas, a conservação e a preservação da floresta.



Figura 27: Reunião de membros da Ornapesca com entes federados
Fonte: IDAM

Em virtude da importância social e econômica deste agronegócio (Tabela 03) para o Estado do Amazonas, além da vocação natural da região para manter a atividade, urge a necessidade de seu ordenamento em todos nos seus aspectos, ou seja, sociais, ambientais, sanitários e tributários.

Tabela 03: Porcentagem de queda ou crescimento da pesca ornamental entre 2008 a 2018.

Período	Cotação Dólar (média anual)	US\$ FOB	Valor em R\$	Quantidade (Unid)	% Ano Anterior
2008	1,834	2.609.483	4.785.357	22.159.637	100%
2009	1,997	1.852.116	3.698.213	16.438.897	-26%
2010	1,764	1.501.498	2.648.017	13.324.918	-19%
2011	1,674	1.153.773	1.931.224	9.361.345	-30%
2012	1,954	1.096.996	2.143.530	6.148.716	-34%
2013	2,157	908.872	1.960.513	7.239.869	18%
2014	2,353	1.080.222	2.541.762	5.835.711	-19%
2015	3,331	1.509.388	5.027.897	5.163.972	-12%
2016	3,500	1.241.020	4.343.570	3.385.836	-34%
2017	3,193	1.512.858	4.830.430	4.069.932	20%
2018	3,852	1.526.098	5.878.529	3.079.541	-24%

Fonte: Sepror (2019).

O gráfico 01 demonstra que apesar da decadência o setor ainda respira e apresenta certo equilíbrio comercial entre 2014 a 2018.

Gráfico 01: Exportação anual de peixes ornamentais 2008-2018.



Fonte: Sepror (2019).

Em Junho de 2019, em resposta à proposta legislativa da Câmara Municipal de Barcelos, a Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos Minas, Gás, Energia e Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM realizou uma audiência pública (Figura 28) que contou com representantes do IPAAM, MAPA, SEMA-AM, SEPLANCTI, SEPROR, SEMMA/BCL, ORNAPESCA, SEMPA/BCLS, COLPESCA-Z33, CAMARA MUNICIPAL, PMB, engenheiros de pesca, dentre outros.



Figura 28: Audiência Pública - Câmara Municipal de Barcelos.

Fonte: Câmara Municipal de Barcelos (2019).

Na audiência houve debate e encaminhamento de providências sobre o momento atual de incremento nas exportações de peixe ornamental no estado e dificuldades encontradas ao longo de toda cadeia de produção, desde o pequeno pescador artesanal (o piabeiro), atravessadores, órgãos reguladores/fiscalizadores, empresas distribuidoras e exportadores, assim como toda questão técnica, legal e científica envolvida nesse processo.

Na ocasião foi apresentada a situação dos piabeiros com suas demandas e toda a dificuldade da cadeia produtiva dos peixes ornamentais em obter níveis de competitividade como de outrora. Um dos pontos negativos detectados foi sobre a produção de peixes ornamentais que não era computada no sistema do Ministério da Agricultura, ou seja, o controle da produção só era nível estadual.

Outro aspecto foi o preço do pescado e a concorrência desleal dos atravessadores de Roraima e da produção contrabandeada pela Colômbia que não paga nenhum imposto prejudicando a produção legal dos piabeiros do rio Negro. “Dessa forma, o peixe contrabandeado chega a um preço melhor para o comprador internacional enquanto no Brasil os exportadores lutam pela diminuição da alíquota” relata o vereador Allen Gadelha um dos membros da Comissão Especial criada no encontro.

Um dos pontos que ficou visível também foi o desconhecimento das autoridades (fiscais do IBAMA e do Ministério da Agricultura) sobre as características de alguns peixes ornamentais, como por exemplo, em relação a um peixe ornamental de determinada espécie pescado no rio Demene (que é rio de água branca) quando essa espécie chega à fase da exportação acaba sendo embargada, pois, a cor do peixe é diferente, e, essas autoridades acreditam ser uma nova espécie. Mas desconhecem na maioria das vezes que a coloração da água muda à cor dessa espécie.

No relatório final desse encontro encontramos os seguintes encaminhamentos:

- Recadastramento dos pescadores ornamentais via Colônia Z33 com auxílio do MAPA e alunos do curso de Gestão de Recursos Pesqueiros do CETAM, que inicia em 11/06 na Colônia Z33;

- Pleito junto ao MAPA para projeto de instalação de um Centro Integrado da Pesca Ornamental em Barcelos e distribuição dos kits ornamentais disponibilizados pelo MAPA em conformidade com a demanda de pescadores ornamentais que serão identificados e recadastrados;

- Pleito de pescadores e exportadores quanto à liberação alfandegária de algumas espécies, como por exemplo, a peckoltia que apesar de constar na lista de espécies permitidas

pelo IBAMA, falta certificação técnica de ocorrência na Bacia do Rio Negro. Trabalho conjunto MAPA, Pescadores, COLPESCA Z33, ORNAPESCA e alunos do curso de Gestão de Recursos Pesqueiros do CETAM;

- Treinamento dos piabeiros quanto às modernas técnicas de transporte e manuseio. Sepror/Dela, em Junho e Agosto;

- Formalização da Lista Negativa de espécies junto ao IBAMA. (proibidas), MAPA;

- Proposta de inclusão do peixe ornamental na política de subvenção e preço mínimo da CONAB;

- Encaminhamento para criação de uma Comissão Especial formada pelos órgãos e entidades locais e estaduais para discutir proposta de redução na alíquota do imposto pago na emissão na Nota Fiscal de venda e exportação e todas as pautas relevantes do segmento.

Todas essas ações mostradas nesta seção, tendo como exemplo a audiência pública (Figura 29) em Barcelos é uma oportunidade de visualizar a teoria eliasiana na interdependência funcional como, limita a autonomia de seus integrantes, mas, ao mesmo tempo, possibilita poder. O Estado se mostra presente e direciona regras de condutas, mecanismos de controle e um novo nível, embora ainda em fase de amadurecimento, de sensibilidade frente ao ambiente se faz notar no curso do mesmo processo civilizador (MATOS, 2016, p.11).



Figura 29: Piabeiros e piabeiras na Audiência Pública em Barcelos.
Fonte: Câmara Municipal de Barcelos

3.1.7 Rio Negro a nova fronteira da pesca esportiva e as novas figurações

A região do rio Negro tem recebido grandes investimentos, pois se apresenta como a nova fronteira da pesca esportiva no Brasil. Isso inclui hotéis de selva, lodges de pesca esportiva e barcos-hotéis, os quais vêm atraindo pescadores de diversas partes do mundo. O turismo de pesca ocorre entre os meses de setembro a fevereiro (período da seca), e o tucunaré (*Cichla spp.*), espécie sedentária que vive nos lagos, é um dos principais alvos da pesca recreativa (SILVA, 2003).

A pesca esportiva cresceu nos últimos anos graças ao estímulo provocado por políticas governamentais nacionais, estaduais e municipais no rio Negro. Notemos aqui a figuração do estado e seus mecanismos de controle. É notório que a observação empírica em relação à pesca ajuda o estado a nortear suas políticas públicas nesse setor.

Esse distanciamento, segundo Elias (1998) é o que deu origem a intervenção do estado. E, no caso da pesca no Médio Rio Negro é fruto de conhecimento em função de proteger a diversidade ictiológica das ações humanas (MATOS, 2015).

No âmbito federal e estadual, alguns programas de incentivo ao turismo vieram fomentar a pesca esportiva na região. Um deles se refere ao convênio de cooperação técnica estabelecida entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o ordenamento da pesca esportiva.

O outro é o Poloecotur, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E ainda, as autorizações concedidas pelo Departamento de Aviação Civil para a construção de aeródromos nos rios Aracá e Quiuini (Barcelos), além de aeroportos nos rios Quiuini (Barcelos) e Jurubaxi, onde foi legalizada uma pista de pouso da mesma operadora que atuava no alto Unini (SILVA, 2011).

Nossa pesquisa detectou que muitas das ações previstas pelos programas não foram totalmente concretizadas.

Na comunidade do Daracué percebemos pescadores alternando as modalidades (Tabela 04) de pesca. Já existe na comunidade um hotel de selva denominado de Pousada Amazônia, portanto na semana que tem turistas (Figura 30) esses pescadores são guias de pesca, mas na semana que não tem turistas esses pescadores artesanais são guias de pesca, mas na semana que não tem turistas esses pescadores são piabeiros, ou alternam com a pesca comercial.

Tabela 04: Quantidade de pescadores da Comunidade Daracuá e modalidades de pesca.

Modalidade De Pesca	Porcentagem de pescadores no Daracuá (n=20)	
	Aumentou	Diminuiu
Esportiva	90%	10%
Comercial	60%	40%
Ornamental	20%	80%

Fonte: Dados da pesquisa. (2019).



Figura 30: Pescadores esportivos em reunião com os guias de pesca – Daracuá.

Fonte: SILVA, J. B. (2018).

O fato é que o advento da pesca esportiva trouxe mudança à vida dos pescadores e o piabeiro figura agora como guia de pesca pilotando as pequenas lanchas chamadas de voadeiras levando os turistas aos principais lagos da região onde, devido a seca dos rios se encontram abarrotados de tucunarés. Mas, o que leva tantas pessoas de diversas partes do mundo a praticar esse tipo de pesca? A esse assunto, Matos (2015, p.120), argumenta:

É também em nome de emoções prazerosas que a pesca esportiva se destaca na captura de tucunarés (*Cichla spp*). Depois de fisgado, a disputa inicia. De um lado a força da natureza contra a força do pescador alicerçado pelos artefatos tecnológicos – molinetes, varas, anzóis, garatéias e linhas de resistências suficientes para dominar a natureza do peixe. O pescador se excita com a força, a bravura do tucunaré voraz, que entesa a linha de pesca ao curvar a vara no sentido das profundezas do rio. (MATOS, 2015, p.120),

O autor, ao se distanciar, continua em suas reflexões:

“Só ele sabe”, nesse caso o pescador, o significado simbólico do resultado daquele momento de lazer. Poderá seu nome repercutir nas revistas especializadas ao capturar o maior peixe ou simplesmente repercutir na rodada de amigos os momentos de lazer e virar estórias de pescador. Do outro lado, mal sabe, ou melhor, o tucunaré não terá conhecimento por não compreender a linguagem dos homens, do significado ao ser dominado, içado, fotografado como troféu, beijado e com um direito a umas tapinhas no lombo e ser repostado no rio para recuperar-se. (MATOS, 2015, p.120).

E finaliza dizendo:

Desse momento de prazer a pior sai em favor do peixe, que depois de fígado por anzóis e/ou garatéias, a boca, ou melhor, a cavidade bucal (cavidade bucofaringeana) poderá sair seriamente ferida. Em situação de inanição, por não poder se alimentar, o peixe emagrece, ficando cabeçudo – termo local mucua – a ponto de levá-los a morte. Entretanto, se viver, talvez seja possível um outro encontro com pescador, que pode ser esportivo, de subsistência ou profissional. (MATOS, 2015, p.120),

Essa nova modalidade de pesca tem estimulado a subida do rio Negro pelos barcos de pesca esportiva (com quase 50 operadoras de turismo), e o concomitante acirramento dos conflitos associados ao acesso ao território e aos recursos pesqueiros entre as populações locais e os empresários da pesca amadora. Os rios despovoados pelo declínio do extrativismo no médio-alto rio Negro, em sua maioria, terras devolutas do Estado, tratadas como ‘terras de ninguém’, vêm sendo oportunisticamente ocupadas pelo turismo de pesca esportiva.

Os conflitos entre pescadores comerciais, empresários da pesca esportiva e as comunidades locais incluem as comunidades na calha do rio Negro e nos seus afluentes (Padauri, Uneuixi, Aiuanã, Unini entre outros). Esses afluentes constituem importantes redutos de extrativismo de diversos produtos florestais, apesar do intenso êxodo rural nas décadas recentes (SILVA, 2011).

O rio Aracá, que por sinal foi o rio da infância deste pesquisador, tem castanhais antigos (que eram do grupo empresarial J.G.ARAÚJO) que são sazonalmente visitados pelos ribeirinhos. Embora pouco habitados, esses rios continuam a ser utilizados para atividades econômicas como agricultura, coleta de produtos florestais, pesca e caça (SILVA, 2003).

A pesca esportiva surge como alternativa econômica para o rio Negro, porém traz consigo os conflitos decorrentes deste tipo de atividade, sobretudo por meio da exclusão da pesca comercial da bacia, por intermédio de políticas públicas que privilegiam grupos de interesse capitalizados. Independente das questões políticas, o tucunaré deixou de ser visto apenas como fonte de alimento e passou a ser visto como um recurso vivo e promissor para a economia do município de Barcelos e adjacências.

Com a intenção de garantir as atividades pesqueiras no âmbito esportivo o município de Barcelos editou a Lei N°557 de 11 de Setembro de 2017 e por meio dela se estabelece condições para a captura do tucunaré (*Cichla spp*) como podemos ver no artigo 2º da APA Mariuá, fica estabelecido que a captura do tucunaré (*Cichla spp*) e as demais espécies pertencentes a sua fauna aquática dentro das condições a seguir:

- I - A captura para subsistência restrita a habitantes do Município de Barcelos para o consumo imediato e destinação exclusiva ao abastecimento das comunidades nela localizadas;
- II- Limitada a cinco toneladas por embarcação, estabelecendo uma cota de 500 quilos de tucunarés para o abastecimento dos munícipes, com limitação de 01 (uma) viagem por mês, por embarcação, para os firs de transporte do pescado para fora da área de abrangência desta Lei, respeitando-se as espécies objeto do defeso e Decreto Estadual n° 31.151 e demais legislações federais e estaduais pertinentes.
- III - Pesca esportiva na modalidade pesque e solte e que em nenhuma hipótese venha importar em comercialização das espécies.
- IV - Ficam vedadas a utilização de rede de arrasto, de substâncias tóxicas, explosivas ou outras que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes. (BARCELOS/AM., 2011).

Essa lei municipal que resguarda a pesca esportiva teve sua constitucionalidade questionada por praticantes de outras modalidades de pesca e foi motivo de muita angústia principalmente para os pescadores comerciais que se veem limitados e, muitas vezes, burlam a legislação gerando conflitos (Tabela 05) nas áreas de pesca. Porém, os defensores dessa lei veem-na resguardada pelo Decreto Estadual 31.151 de 06 de Abril de 2011 que disciplina sobre a pesca na bacia do rio Negro desde a foz do rio Branco até a divisa com a Colômbia.

Tabela 05: Conflitos e Territorialidade no rio Negro

Exemplo de Conflitos de pescas em algumas comunidades (Bacabal, Daracué)						
Tipos de Conflito	Modalidade de pesca					Motivo
	Relatos	Subsistência	Comercial	Ornamental	Esportiva	
Diferencial de uso do mesmo recurso	Vários	X	X			Pressão da pesca comercial
	Vários	X	X			Descarte de peixes
	Vários		X		X	Disputa pelo tucunaré
Disputa pela mesma área	Vários		X		X	Fechamento de área
	Vários	X	X			Invasão de área
	Vários	X			X	Invasão de área
	Vários	X	X		X	Invasão de área
	Vários	X	X	X	X	Invasão de área

Fonte: Correia 2014.

Os termos do Decreto 31.151 se assemelham aos da Lei nº557 com a diferença que o Decreto abrange os municípios do rio Negro, a saber: Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

A Secretaria Municipal responsável pela fiscalização no município de Barcelos vez ou outra faz apreensões e aplica multas nos descumpridores da lei. Até o momento do fechamento desta pesquisa a vigência da Lei N°557 de 11 de Setembro de 2017 continua intacta

Enfim, são as tensões em determinadas práticas que vão causando as mudanças nas relações de poder nesse ambiente amazônico. Sob o viés da sociologia figuracional/processual observamos processos de longo prazo ocorrendo na vida do piabeiro levando-o a novas figurações. Esse é o processo civilizador que para Elias constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica (ELIAS, 1994, p. 193-4).

3.1.8 A consciência ambiental dos pescadores

Diante das constantes mudanças que o processo civilizador trouxe aos homens das águas que navegam a vastidão do rio Negro houve um despertar da consciência ambiental ou ecológica. Esses pescadores sabem que para garantir a vida das futuras gerações é necessário preservar. Notamos o cuidado deles nos pequenos detalhes como, por exemplo: um copo descartável caiu no rio e o guia deu a volta para recuperá-lo e, logo em seguida deu o destino correto.

O cuidado com floresta, com as águas, com os recursos naturais em geral aponta para uma nova consciência. A comunidade do Daracué abraçou, por exemplo, o Projeto de Quelônios da Amazônia – PQA, conhecido por, “PROJETO PÉ-DE-PINCHA”, que visa propiciar a conservação e o manejo racional de quelônios (Figura 31) em comunidades do município de Barcelos/AM, através de atividades de pesquisa e extensão, bem como, da capacitação recursos humanos na área de Educação, Fiscalização e Monitoramento Ambiental, além de, incentivar e fornecer apoio técnico a atividades alternativas que levem ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

O projeto Pé-de-Pincha teve início no ano de 2006 por iniciativa da comunidade da Ponta da Terra, que queria autorização para retirar os ovos de quelônios das praias para protegê-los. A ideia ganhou força, e no ano seguinte de 2007 a comunidade do Daracué aderiu ao projeto e com o sucesso do trabalho desenvolvido pretende-se implantar em outras

comunidades, e os moradores das comunidades são peças fundamentais na continuidade do projeto. Tendo como espécie focal a IRAPUCA (*Podocnemis Erythrocephala*).



Figura 31: Quelônios irapuca (*Podocnemis Erythrocephala*).
Fonte: SILVA, J. B. (2018).

O mais interessante é que o Projeto também conquistou os moradores da cidade (Figura 32) de Barcelos e na época da soltura dezenas de pessoas rumam em suas voadeiras ou barcos de centro ao Daracuí, a fim de participar do grande momento.



Figura 32: Moradores de Barcelos chegando ao Daracuí à soltura de quelônios.
Fonte: Daracuí Barcelos

O presidente da comunidade (Figura 33) se prepara para receber os ilustres visitantes com grande festa. Mais uma vez podemos aplicar os pronomes pessoais de Elias como modelos figuracionais: o eu, o tu, o nós entrando em ação nessa teia de relações sociais que visa à preservação dos quelônios.

Isso representa uma mudança significativa no processo civilizacional desse pescador, pois, o mesmo passa a ter uma nova visão sobre a natureza que o cerca. Antes, ela lhe dava tudo e ele só a explorava, mas hoje, ele retribui cuidando melhor devolvendo a ela parte de suas riquezas.



Figura 33: Presidente da comunidade coordenando a soltura dos quelônios.
Fonte: Daracué Barcelos

O município de Barcelos por meio da Lei N°557 de 11 de Setembro de 2017 estabeleceu critérios e procedimentos para uso dos recursos aquáticos na APA- Área de Proteção Ambiental- Mariuá, como podemos ver no art. 11° que estabelece como projeto de repovoamento de quelônios da APA Mariuá o Projeto Pé de Pincha de iniciativa das Comunidades Daracué, Ponta da Terra e Floresta, devendo ser incentivado a sua adoção por todos os habitantes do Município como multiplicadores de consciência ambiental e ficando o Poder Público Municipal autorizado a formalizar parcerias para estender esse projeto a outras comunidades da APA Mariuá.

Quanto à pesca dos ornamentais os piabeiros já são guiados por outras leis como a Lei do Defeso que é o período fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis – IBAMA. O defeso é o período em que o pescador para de pescar determinada espécie para que essa possa se reproduzir.

Essa paralisação temporária da pesca é necessária para a preservação da espécie, tendo em vista a Lei nº 10.779 de 25 de Novembro de 2003 dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Portanto, tudo isso tem gerado a busca pela sustentabilidade e, esta já é tema de conversa entre os piabeiros.

No diálogo a seguir percebemos essa mudança no pensamento:

Diálogo com pescador 02:

Pesquisador: O que você pensa sobre sustentabilidade?

Pescador: Bom, o que nós temos aprendido sobre isso é que precisamos zelar pelo que nós temos na natureza. Não adianta pescar cardinal, tucunaré ou outros peixes sem buscar preservar. Agora nós sabemos que um tucunaré no rio vale mais que dentro da panela. A gente pesca pra comer, mas também fazemos nossa parte cuidando da natureza. Devolvemos cerca de cinco mil irapucas todo ano e assim dá pra fazer nosso assado sem prejudicar à natureza. (C, F.J.P. 2018).

Observa-se aqui a perspectiva socioecológica empregada por Goudsblom que revela a pressão ecológica como condição básica para mudanças de comportamento e diferenciação nas relações de poder na história humana. A necessidade de adaptação leva o piabeiro às figurações ecológicas que o fazem se sentir membro do meio. Com a incorporação do novo conhecimento sobre os recursos naturais ele alcança também uma melhor qualidade de vida, pois “os humanos com mais conhecimento puderam ir mais longe” (GOUDSBLOM, 2002, p.27).

Numa análise, vemos o desenvolver de uma figuração complexa, na qual convergem metas e objetivos comuns para defender e conservar esse ambiente peculiar que está resguardado a um espaço geográfico, ocupado por muitos humanos e não humanos, o qual se mostra essencial para o equilíbrio ambiental do planeta. “A racionalidade do uso de seus recursos naturais e a preocupação com a habitabilidade para o seu povo é um desafio” (MATOS, 2016,p.10).

No modelo figuracional dos pronomes pessoais o eu dá lugar ao nós e as teias invisíveis vão agindo cegamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse estudo percebemos que as mudanças no comportamento do comércio de piabas estão intimamente ligadas ao dinamismo das relações sociais que envolvem todos os atores nesse processo. Ações do estado em sua legislação ambiental e políticas pesqueiras, os piabeiros que com a sua organização social e trabalhista podem diminuir a força do patrão atravessador (ou até extingui-lo por meio das associações e um possível entreposto), e os exportadores que dependem exclusivamente dos piabeiros e legislação aduaneira para atuarem na região.

Observa-se, portanto, a total interdependência dos grupos que atuam formando uma teia que pode resultar na decadência ou no sucesso da pesca artesanal ornamental no rio Negro. Essa dinâmica nas relações humanas comprava a tese eliasiana de uma rede em constantes movimentos, ou seja, os fenômenos reticulares estão em toda parte e no comércio de piabas não é diferente. A existência de uma “ordem oculta” de redes de relações de interdependências (afetivas, laborais, entre outras), embora sejam “elásticas, variáveis e transformáveis”, não deixam de ser menos reais, nem menos fortes (ELIAS,2004).

As teias invisíveis que envolvem o sistema de produção da pesca artesanal ornamental nos mostram vários entraves a serem vencidos. As figurações, as quais os piabeiros estão inseridos norteiam sua vida, querendo ou não perpassam por interesses de grupos empresariais, políticas públicas e da própria organização laboral desses trabalhadores pescadores.

De sorte que, mobilizar e articular os atores locais em todas as esferas, com seus interesses divergentes, a fim de concretizar o ordenamento pesqueiro dessa região é o desafio a ser superado. Da mesma forma como em outras sociedades estudadas por Elías se notou mudança na sua estrutura física, ocorre também os pescadores ornamentais de Barcelos. As mudanças vão acontecendo no curso do desenvolvimento da sociedade. Portanto, fica evidenciado que a relação entre indivíduo e sociedade só pode ser compreendida através da multidimensionalidade das relações sociais.

Essa complexa teia de redes, construída num processo contínuo e dinâmico, provoca mudanças permanentes e, todos os indivíduos são encarados como participantes delineadores (em diferentes graus) e com potencial de operar transformação na sociedade. Para sintetizar o processo civilizador e as figurações do nosso caboclo cito a letra de duas músicas compostas no ano de 2018.

A primeira, Ethos Caboclo, foi apresentada no Fespob de Barcelos onde foi laureada com o título de campeã do Festival. A segunda música, Ethos Amazônico, foi apresentada no Festival da Canção de Itacoatiara –FECANI onde foi laureada com três estatuetas: 1º lugar como melhor arranjo musical, 1º lugar como melhor intérprete e 2º lugar como melhor letra.

ETHOS CABOCLO

Gláucio Matos/Josias Benfica

Fui gerado no ventre da floresta, à beira dos grandes rios!
Aviso aos navegantes que aqui é meu lugar!
Nasci nesse bioma amazônico e por ele vou lutar,
Eu sou rio, eu sou floresta e o futuro saberá!

As veias de além-mar trouxeram as matrizes da miscigenação,
Impulsionado pelo diretório ela se concretizou.
Das terras rachadas e do flagelo do nordeste
Chegou o arigó, o cabra da peste que aqui se radicou.
Povos da diáspora, do médio oriente,
Do norte da África, das ilhas nipônicas,
Vieram tipos humanos e a Amazônia passou a ser seu lar.

Esse cruzar interétnico me gerou,
Sou fruto do processo civilizador,
Mas, sou ser da Amazônia,
caboclo que o mundo configurou!
se o sangue deles corre nas veias,
não nego não, amazônida eu sou!

Refrão

Sou caboclo, sou amazônida!
Caa-boc, kari “boka.
O rio é minha estrada!
A grande floresta é minha casa!
Eu sou a natureza, a cultura e a história,
meu clamor o mundo ouvirá,

Bato no peito, sou filho de Mariuá!

Meu ethos é cultivar a terra,
O ajuri é minha força,

Caça e pesca minha excelência.
nos alagados manejo o rapixé,
seringueiro, piaçabeiro,
eu sou castanheiro!
eu sou guia, canoeiro,
sou pescador, piabeiro!

ETHOS AMAZÔNICO

Josias Benfica

Margeando rios,
Dando rédeas à canoa,
Vislumbrando essa terra,
vejo, com elevo,
gloriosa e venerada natureza!

Fulguram caminhos andantes,
risos de luz, como sóis;
ruflos, canções dissonantes,
sinfonia em meio aos molongóis,

absorto na paisagem,
percebo o caboclo em seu ethos,
rude, feroz na sua lida,
proclama com gritos e ecos:

Sou caboclo dos rios,
suplantar desafios,
são minhas figurações,
meu modo de vida, meu ethos!

Nesta sinuosa trilha,
ouço o soluço das águas,
o pranto da floresta,
que suplica pela vida,
enlevado pela natureza, prossigo a preservar!

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Território e Territorialidades**. LAGES Vinícios; BRAGA, Christiano;

ALVES, E. J. P. **Mudanças e continuidades do aviação na pesca artesanal**. Boletim Musica Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 65-76, maio-ago., 2006.

AMAZONAS, 2011. Lei N°557 de 11 de Setembro de 2017 Art. 2o da APA Mariuá

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: (Org.). **Imagens de sino discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Editora Valer, Manaus, 2003.

BARCELOS, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 557, de 11 de setembro de 2017. **Dispõe sobre a criação da Taxa de Fiscalização Ambiental e Contribuição ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Pesca Esportiva, do Programa e do Fundo Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Pesca Esportiva**. Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas. 11.set.2017

BAZE, Abraham. **Os libaneses e a Amazônia**. Artigo, Manaus, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999.

BOSCH, T. M. Relatório da viagem à Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. In: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Diagnóstico geral das práticas de controle ligadas a exploração, captura, comercialização, exportação e uso para fins ornamentais e de aquariorfilia**. Brasília: IBAMA, 2008.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, M. **Gostos de Classe e estilos de vida**. Actes de la recherche en Sciences Sociales. n. 5, 1976.

CALDAS, Aulete. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

CHARTIER, ROGER, 1992. **Textos: símbolos e o espírito francês**. Revista História: questões e debates, Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, 13 (24-25): 1-12.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2006.

CUNHA, Mendes Alexandre. **Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares**: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

DOMINGUES, Marcos Paulo Tavares Souza. **Economia solidária**: a economia real do desenvolvimento sustentável. Santarém. Portugal, 2009.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ELIAS NORBERT; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____, Norbert. Conceito de Civilização. In: *Escritos e Ensaios 1. Estado, processo, opinião pública. Organização e representação*. Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

_____, Norbert. **Escritos e Ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____, Norbert. **O processo Civilizador**. Volume I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994 b.

_____, Norbert. **O processo Civilizador**. Volume II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____, Norbert. **Teoria Simbólica**. Oeiras: Ceuta, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. 1971.

FERRAZ, E. Management and diseases of the ornamental fish exported from the Rio Negro basin. In: VAL, A. L.; ALMEIDA-VAL, V. M. F. **Biology of Tropical Fishes**. Manaus: INPA, 1999.

FREITAS, C. E. C.; RIVAS, A. A. F.; KAHN, J. R. Self-regulation strategies and co-management of fisheries resources in the Amazon basin. **Transactions on ecology and the environment**, p. 511–516, 2005. Disponível em: <<http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsidt=17625992>>. Acesso em: 25/10/2019.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização** (1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu** (1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. (coleção Eduardo Galvão). Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. 486p.

GHILARDI JR., R. (Ed.). **Entre a terra, as águas e os pescadores do Médio Rio Xingu: uma abordagem ecológica.** Belém/PA, 2009.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.**- 5. Ed. Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. P. et al. A pesca de peixes ornamentais. In: CAMARGO, M.; GHILARDI JR., R. (Ed.). **Entre a terra, as águas e os pescadores do Médio Rio Xingu: uma abordagem ecológica.** Belém/PA, 2009.

GOUDSBLOM, J. Introductory overview: the Expanding Anthroposphere. In: **Mappae Mundi; Humans ad their habitats in a long-Therm Sócio-Ecological Perspective Myths, Maps e Models.** Bert the Vries and Johan Goudsblom (eds.) Amsterdam University Press, Amsterdam, 2002.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola.** Somanlu, ano 9, n. 1, jan./jun. 2009

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Instrução Normativa nº 25/2013 INPI, de 21 de agosto de 2013. **Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas.** 2013. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

LIMA, Débora de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo.** <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107>.

LÓPEZ, Graciela Lima. **O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa.** Canoas, 1999.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: **Karl Marx e Friedrich Engels.** São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977. (Edições Sociais).

MATOS, Gláucio Campos. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica.** Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

_____, Gláucio Campos. **PanAmazônia sob o viés do Processo Civilizador.** Somalu, ano 16, n. 2, jul./dez. 2016.

MATOS, Gláucio; SILVA, J. **Ethos Caboclo.** Festival do Peixe Ornamental – FESPOB. Barcelos, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar** / José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. – 2 ed. 1ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2011.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da Cultura Amazonense: I e II.** – Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.

MORELLI, Gustavo (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/Sebrae, 2004

NASCIMENTO, G. C. C. (2013). **Mestre dos mares: O saber do território, o território do saber na pesca artesanal.** In F. A. Cananéa (Ed.), *Sentidos de leitura: Sociedade e educação* (pp.57-68). João Pessoa: Imprell.

NASCIMENTO, Maria das Graças. **Migrações nordestinas para a Amazônia.** Revista de educação, cultura e meio ambiente- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.

OLIVEIRA, Erlando Damião. **Um rio de oportunidades?** Pesca e pescadores no médio rio Negro. Dissertação/ Ufam: Manaus, 2013.

PECHER, Simão Arão. **Duzentos anos de miscigenação judaica na Amazônia.** Revista Eletrônica Edição 196ciam@argo.com.br, Manaus, 2010.

PERES, S. C. **Cultura, política e identidade na Amazônia: O associativismo indígena no Baixo Rio Negro.** 2003 Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, Campinas:, 2003.

PERES, S. C. **Cultura, política e identidade na Amazônia: O associativismo indígena no pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2004.

PRANG, G. **A caboclo society the middle Rio Negro Basin: ecology, economy, and history of na ornamental fishery in the state of Amazonas, Brazil.** Tese de doutorado. Detroit, Michigan: Wayne State University, 2001.

PROENÇA, Wander de Lara. **O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro.** Revistas Aulas. Organização: Karina K. Bellotti e Mairon Escorsi Valério. Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.

RAMOS, André R. F. **A Escravidão do Indígena, entre o Mito e Novas Perspectivas de Debates.** Revista de estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 1, p. 241-265, jul. de 2004.

REIS, Lilia M. de O. **Os piaçabeiros de Barcelos: história de vida e trabalho.** 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

RIBEIRO, F. de A. S. **Policultivo de acará-bandeira e camarão marinho.** 2011, 95 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura, 2011.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia.** Belém: Açaí. CNPq, 2011. 298 p.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916) **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.
SEPROR, Secretaria de Estado da Produção Rural. Secretaria Executiva Adjunta da Pesca e Aquicultura. Dados 2015.

SILVA, A. L. **Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de**

SILVA, A. C. G.; SILVA, J. C.. **Seringueiros na Amazônia.** 2007. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

SILVA, A. L. **Entre tradições e modernidade**: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 141-163, jan.- abr. 2011.

SILVA, Jozias Benfica. **Em busca da árvore da fortuna**. Festival do Peixe Ornamental-FESPOB. Barcelos, 2013.

_____, Jozias Benfica. **Ethos Amazônico**. Festival da canção de Itacoatiara – FECANI. Itacoatiara, 2018.

SILVA, Jozias Benfica; MATOS, Gláucio Gomes. Os piabeiros de Barcelos e as redes de interdependências. **SOMALU** - Revista de Estudos Amazônicos p. 82-99. v. 16 n. 2 2016.

_____, Jozias Benfica. **C.F. P.** 53 anos, pescador. Entrevista/depoimento [04.12.2018]. Entrevistadores: SILVA, J. B. Barcelos: UFAM-AM, 2018. 3 Roteiro de Entrevista concedida a Dissertação: A Dinâmica Figuracional dos Piabeiros do Rio Negro. UFAM-AM. 2018.

_____, Jozias Benfica. **C.F.J.P.**, 29 anos, pescador, guia, empresário. Entrevista/depoimento [04.12.2018]. Entrevistadores: SILVA, J. B. Barcelos: UFAM-AM, 2018. 3 Roteiro de Entrevista concedida a Dissertação: A Dinâmica Figuracional dos Piabeiros do Rio Negro. UFAM-AM. 2018.

SOBREIRO, T.; SOUZA, L. A.; FREITAS, C. E. C. **manejo dos recursos pesqueiros no médio rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 9ª ed. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

ANEXOS

Roteiro de Entrevista

A) Dados de identificação.

Nome (Opcional)

Gênero

Idade

Ocupação

Naturalidade

Escolaridade

Tempo de residência no lugar

B) Percepção do Lugar.

1. Você mora no Daracué por quê? O que lhe agrada neste lugar? E desde quando o senhor pesca?
2. Seu pai era pescador de piabas? E qual a ocupação dele anteriormente?
3. Há conflitos por área de pesca nessa região?
4. Qual a pesca mais rentável: a ornamental ou a esportiva?
5. Você já participa de alguma cooperativa?
6. Você acha que as autoridades cuidam da comunidade?
7. O que você pensa sobre sustentabilidade?
8. O que você acha do selo verde para os peixes ornamentais pescados no rio Negro?
9. Outros aspectos importantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº557 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelecer critérios e procedimentos para uso dos recursos aquáticos na APA- Área de Proteção Ambiental- Mariuá e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Barcelos, Estado Amazonas, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para o uso dos recursos aquáticos na Área de Proteção Ambiental Municipal Mariuá, doravante chamada de APA Mariuá, e demais áreas estabelecidas na Lei nº 228/91.

§1º A Unidade de Conservação - APA Mariuá, integra o grupo de Unidades de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Nº 023/95 e cuja política de zoneamento, manejo, licenciamento ambiental, monitoramento, controle e fiscalização estão definidas na Lei Complementar Nº 001/2003.

Art. 2º Na APA Mariuá, fica estabelecido que a captura do tucunaré (*Cichla spp*) e as demais espécies pertencentes a sua fauna aquática somente será permitida dentro das condições a seguir:

I - A captura para subsistência restrita a habitant Município de Barcelos para o consumo imediato e destinação exclusiva ao abastecimento das comunidades nela localizadas;

II- Limitada a cinco toneladas por embarcação, estabelecendo uma cota de 500 quilos de tucunarés para o abastecimento dos munícipes, com limitação de 01 (uma) por mês, por embarcação, para os firís de transporte do pescado para fora da área de abrangência desta Lei, respeitando-se as espécies objeto do defeso e Decreto Estadual nº 31.151 e demais legislações federais e estaduais pertinentes.

III - Pesca esportiva na modalidade pesque e solte e que em nenhuma hipótese venha importar em comercialização das espécies.

IV - Ficam vedadas a utilização de rede de arrasto, de substâncias tóxicas, explosivas ou outras que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes.

Art 3º. Considerando o alto índice de mortalidade na atividade comercial e ainda Nota Técnica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas - FAPEAM, sobre estudos realizados de avaliação dos estoques dos tucunarés no médio Rio Negro, onde recomendam o não compartilhamento de duas atividades pesqueiras num mesmo estoque de tucunarés, fica permitida a captura da espécie *Cichla temensis* somente na modalidade PESQUE E SOLTE feitas com iscas artificiais na área especificada no Caput dessa Lei.



Art. 4o. A permissão de transporte para a comercialização de que trata o artigo 2o inciso II será exclusiva para barcos de pesca sediados no Município de Barcelos, cadastrados na Colônia de Pescadores Z-33 de Barcelos observados os seguintes procedimentos e condições:

I - Registro da embarcação na Marinha e na Se Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP-PR;

II - Declaração emitida pelas Secretarias Municipal de Meio Ambiente ou pelo escritório local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM, de que as embarcações são sediadas há pelo menos 2 (dois) anos no Município de Barcelos.

III - Carteira de Pescador

Art. 5o. As empresas operadoras de turismo, além de cumprir com o disposto nesta Lei, deverão ainda:

I - Apresentar a Carteira de Licença Estadual e ou Federal de Pescador Esportivo dos seus clientes;

II - Enviar anualmente a SEMMA, no momento da Licença ambiental, a planilha de controle de fluxo de pescadores do seu empreendimento;

III - Não permitir a captura de alevinos e peixes jovens para servirem de iscas vivas;

V - Executar programa de educação ambiental aos funcionários e hóspedes;

VI - Manter lixeiras espalhadas na área do empreendimento ou guardar o lixo dentro do porão do barco até que possa depositá-lo em local apropriado dentro da sede do município;

VII- Possuir CNPJ ativo na Receita Federal;

VII - Possuir Cadastro na Secretaria Municipal de Turismo;

VIII - Portar o Alvará Municipal de Funcionamento Válido para cada barco ou empreendimento;

IX - Possuir a Licença válida do Órgão Ambiental do Estado (IPAAM) para cada barco ou empreendimento;

X - Possuir Registro das embarcações na Marinha do Brasil;

XI - Possuir o Registro da empresa no Ministério do Turismo ou na Agência de Turismo do Amazonas (Amazonastur);

XII - Comprovar o pagamento da Taxa de Fiscalização Ambiental e Contribuição ao Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Pesca Esportiva no Município de Barcelos disciplinada conforme lei específica doravante aqui denominada apenas de Taxa Ambiental.

XIII - Comprovar o pagamento do ISS - Imposto Sobre Serviço, conforme alíquota definida no Código Tributário Municipal.

XIV - Realizar o monitoramento dos tucunarés pescados durante a temporada, mediante a medição e pesagem assim como entregar à Planilha no final da temporada a Secretária Municipal de Meio Ambiente;

Art. 6o. Fica criado o Selo de Qualidade da APA Mariuá que será emitido pela Prefeitura Municipal de Barcelos às empresas que cumprirem com todos os requisitos legais indicados para o uso sustentável dos recursos e como referência de turismo legal e sustentável.

§ **1o** As empresas flagradas estimulando ou praticando o Turismo Sexual perderão imediatamente o SELO DE QUALIDADE além de terem seu alvará de funcionamento revogado, serão também denunciadas ao Ministério Público.



§ 2º As empresas que obtiverem o SELO DE QUALIDADE APA Mariuá, terão seus nomes divulgados em sites oficiais e páginas da Prefeitura Municipal de Barcelos

§ 3º O Selo de Qualidade será válido enquanto a empresa operadora de Turismo estiver cumprindo todos os requisitos legais e estatutários exigidos por esta lei.

§ 4º As embarcações de pesca comercial e o pescador artesanal que cumprirem os requisitos legais definido na presente lei assim como as legislações de pesca pertinentes receberão o Selo de Qualidade da APA Mariuá como referência de Pesca Sustentável e não predatória.

§ 5º O Executivo Municipal fica autorizado, a seu critério, criar mecanismos para fomentar os pequenos e microempresários locais.

§ 6º Visando estimular o ecoturismo nas unidades de conservação, fica o Executivo Municipal, através de sua secretária competente, a apoiar projetos experimentais no Município.

Art. 7º. Fica estabelecido o Tucunaré como espécie Símbolo da APA Mariuá por sua grandeza e importância na sustentação econômica e social do Município de Barcelos.

Art. 8º. Considerando a capacidade de suporte do ambiente aquático da APA Mariuá, fica a Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo autorizada a limitar a capacidade hoteleira fixa, barco-Hotel, barco modalidade recreio, embarcação de pesca, ou quaisquer outras operações do turismo de pesca esportiva na APA de Mariuá, sendo ainda a responsável de manter o cadastro atualizado das empresas.

Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo Municipal em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo autorizados a planejar e implementar o rodízio de empresas operadoras de turismo nos rios e tributários da APA Mariuá.

Art. 9º. São consideradas práticas proibidas na APA Mariuá:

I - O desmatamento nas margens do rio;

II - A utilização de redes de arrasto, explosivos, substâncias químicas, e outros apetrechos e atos considerados predatórios e irregulares pelo órgão ambiental;

III - O transporte de peixes capturados por pescador esportivo para fora dos limites da APA Mariuá;

IV - O lançamento de lixo que provoquem a poluição do rio, praias ou ilhas;

V - Corte de palmeiras nativas, árvores, para simples ornamentação de praias;

VI - Pesca em local proibido;

VII - Queimar ou enterrar lixo ou qualquer tipo de resíduo prejudicial ao meio ambiente;

Parágrafo Único: Fica proibido qualquer barco, lancha, barco recreio, voadeiras ou qualquer tipo de barco movido a motor, adentrar o raio de 300m das comunidades em velocidade superior a 3 milhas náuticas em conformidade com a lei municipal N°331/15.

Art. 10º Estão excluídos das normas dessa Lei os animais pertencentes à fauna aquática protegidos por lei Estadual e Federal pelo fato de já existirem legislações específicas.

Art. 11º Fica estabelecido como projeto de repovoamento de quelônios da APA Mariuá o Projeto Pé de Pincha de iniciativa das Comunidades Daracua, Ponta da Terra e Floresta, devendo ser incentivado a sua adoção por todos os habitantes do Município como multiplicadores de consciência ambiental e ficando o Poder Público Municipal autorizado a formalizar parcerias para estender esse projeto a outras comunidades da APA Mariuá.



Prágrafo Único: Fica proibido qualquer barco, lancha, barco recreio, voadeiras ou qualquer tipo de barco movido a motor, adentrar o raio de 300m das comunidades em velocidade superior a 3 milhas náuticas em conformidade com a lei municipal N°331/15.

Art. 10° Estão excluídos das normas dessa Lei os animais pertencentes à fauna aquática protegidos por lei Estadual e Federal pelo fato de já existirem legislações específicas.

Art. 11° Fica estabelecido como projeto de repovoamento de quelônios da APA Mariuá o Projeto Pé de Pincha de iniciativa das Comunidades Daracué, Ponta da Terra e Floresta, devendo ser incentivado a sua adoção por todos os habitantes do Município como multiplicadores de consciência ambiental e ficando o Poder Público Municipal autorizado a formalizar parcerias para estender esse projeto a outras comunidades da APA Mariuá.

Parágrafo Único: Fica terminantemente proibido que qualquer embarcação permaneça atracada em praias conhecidas localmente como “tabuleiros” durante o período de desova dos quelônios.

Art. 12°. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a formalizar as parcerias necessárias para fiscalização ambiental e execução dos objetivos propostos na presente lei.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes da implementação e execução das atividades constantes nesta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE PESCA ESPORTIVA, disciplinado em lei específica.

Art. 13° O não cumprimento das normas disciplinadoras contidas nesta LEI sujeitará os infratores a penalidades estabelecidas nas legislações em vigor.

§ I o A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é responsável em efetuar a fiscalização das normas disciplinadoras definidas nessa Lei;

§ 2o Os peixes apreendidos durante fiscalização serão obrigatoriamente entregues através de termo de doação ao Poder Público Municipal que dará a devida destinação.

Art. 14°. Fica autorizado o Executivo Municipal publicar normas complementares visando estabelecer critérios regulamentadores de uso racional dos recursos aquáticos não contemplados nessa Lei.

Art. 15°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE BARCELOS - ESTADO AMAZONAS.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 11 DE SETEMBRO DE 2017.

EDSON DE PAULA RODRIGUES MENDES
Prefeito Municipal de Barcelos